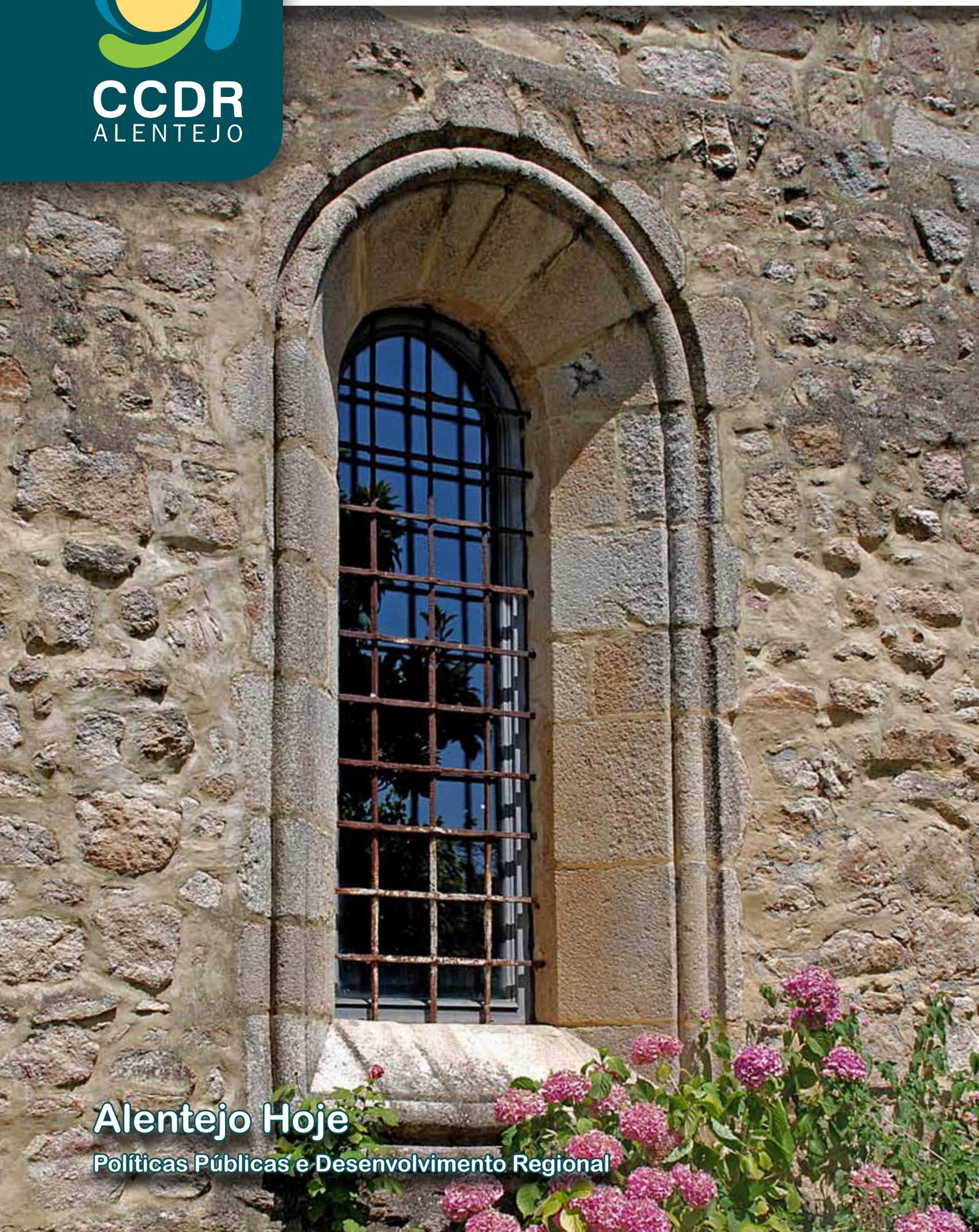




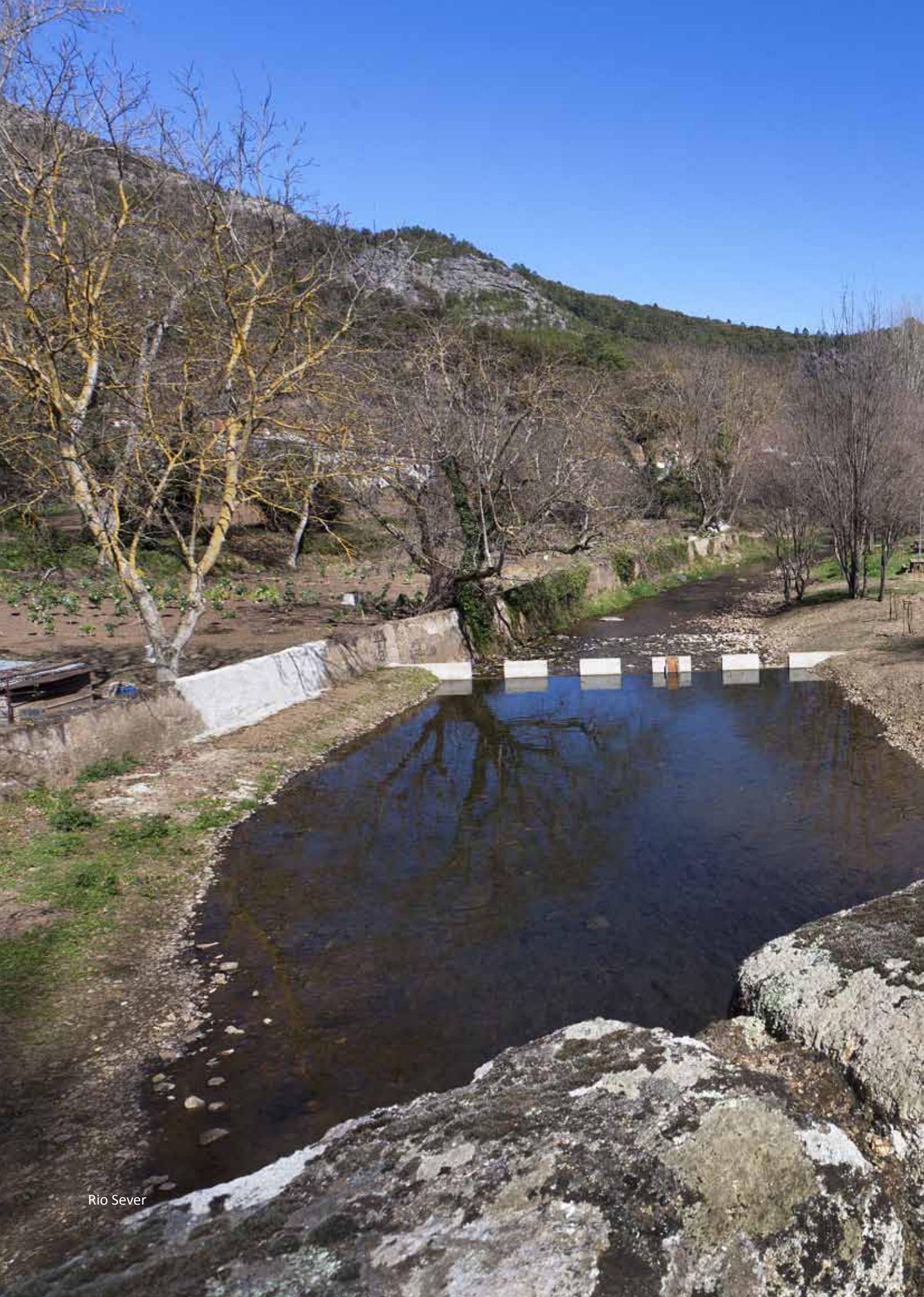
**CCDR**  
ALENTEJO

# Boletim Trimestral 17



**Alentejo Hoje**

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Rio Sever



O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) baseia-se num modelo que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental.

Com a divulgação dos resultados relativos a 2013, continua a verificar-se que as NUTS III com maior índice de competitividade se situam no litoral de Portugal e que as sub-regiões com melhor qualidade ambiental se localizam no interior.

Globalmente, o Alentejo (NUT II) posiciona-se em quarto lugar e revela melhor desempenho na qualidade ambiental e na coesão e situação menos favorável na competitividade. A maioria das NUTS III do Alentejo apresenta uma qualidade ambiental superior à média nacional e o Alto Alentejo lidera a lista das 25 NUTS III nacionais. Na competitividade, destaca-se o Alentejo Litoral e na coesão as NUTS III do Alentejo posicionam-se entre os valores centrais deste indicador.

## Ficha Técnica

### Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193  
7004-514 Évora  
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562  
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

### Director:

António Dieb

### Director Executivo:

Figueira Antunes

### Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

### Colaboradores internos:

Amável Candeias  
Joaquim Fialho  
Luis Santos  
Maria João Alface  
Nelson Faustino  
Teresa Godinho

### Colaboradores externos:

CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo  
Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP

### Edição:

Junho 2015

**Capa:** Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa

### Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

## Índice

5

**Nota de Abertura**

6

**Conjuntura Regional**

10

**Temas em destaque**

Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020

18

A CCDRA na gestão dos incentivos à leitura e à comunicação social

24

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2013

34

**Perspectiva 2020**

O Setor da Saúde

40

**Programa Operacional Regional - INALENTEJO**

Investimentos em destaque



## Nota de Abertura

O País e as suas Regiões só terão ganhos significativos de competitividade e de coesão se as políticas públicas estiverem articuladas com a organização territorial que o Estado prossegue, e onde, no contexto actual, as Comunidades Intermunicipais com as suas atribuições e competências são entidades relevantes.

Com este fundamento, todas as Comunidades Intermunicipais foram convidadas a elaborar Estratégias de Desenvolvimento Territorial que se constituirão como referência para a coerência estratégica das intervenções de cariz sub-regional e local a apoiar pelos fundos comunitários, no quadro do PORTUGAL 2020.

Nesta edição do Boletim “Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, na Rubrica **DESTAQUE**, continuamos a ter a colaboração das CIM, sendo a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo que nos apresenta a sua estratégia de desenvolvimento territorial e respectivo plano de acção para o período de 2014-2020.

Ainda como **DESTAQUE**, sinalizam-se as novas atribuições das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, na Gestão dos Incentivos à Leitura e à Comunicação Social, área em que o Estado deve prosseguir políticas claras, transparentes e assertivas que contribuam para uma cidadania plural e informada. É esta nova regulamentação que se apresenta, não sendo despicienda uma referência expressa à obrigatoriedade legalmente fixada, de elaboração anual de um Relatório a submeter à Assembleia da República sobre a execução deste novo regime em cada Região do país.

A rubrica **PERSPETIVA 2020**, da responsabilidade da Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP, traz-nos a visão do setor numa abordagem evolutiva quer quanto às políticas de saúde propriamente ditas e aos contextos sociais que as enformam, mas também quanto à rede de equipamentos existente e às necessidades futuras, de que os fundos comunitários e o Programa Operacional Regional se constituem como fontes de financiamento decisivas, para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos e da coesão social e territorial do Alentejo.

Quanto à **CONJUNTURA REGIONAL**, uma nota sobre o crescimento da taxa de desemprego no 1º trimestre de 2015, quando comparada com o último trimestre de 2014, embora numa perspectiva anual a variação homologa seja negativa em cerca de 3,1%, passando de 16,0% em Março de 2014 para 15,5% em Março de 2015..

A dinamização de um novo ciclo de investimento já em curso e particularmente suportada pelo Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020, perspectiva a continuação da melhoria do desempenho da economia regional em termos da sua competitividade, internacionalização e níveis de emprego.

Uma palavra ainda para o Turismo que continua a revelar-se como um dos sectores mais dinâmicos da economia regional, com uma continuada e sustentada progressão do número de dormidas e dos proveitos que propicia à Região. Estes resultados são potenciados pela qualidade e diferenciação dos activos regionais e pela dinamização dos principais agentes do sector, para o que a Entidade Regional de Turismo do Alentejo tem contribuído de forma muito assertiva e os apoios financeiros do INALENTEJO se têm revelado decisivos para qualificação da oferta turística e a promoção interna e externa da Região ■

**António Dieb**

*Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo*



Aqueduto de Elvas

## Conjuntura Regional

Na Região do Alentejo, a **taxa de emprego**, que vinha registando uma evolução favorável, a partir do 3º trimestre de 2014 começa a revelar uma tendência decrescente. Assim, no 1º trimestre de 2015, a evolução é desfavorável face ao trimestre anterior (variação negativa de 1,9%). Porém, se tivermos como referência a situação apresentada no período homólogo, há uma variação positiva de 0,4%, o que corresponde ainda a uma evolução favorável.

Quanto à **população empregada**, a evolução comparativa revela valores negativos, quer no que se refere ao período homólogo (-0,6%), quer relativamente ao trimestre anterior (-2,5%).

A **taxa de desemprego** cifrou-se em 15,5%, valor que compara com 14,5% no trimestre anterior e com 16% no período homólogo de 2014. Estes valores parecem coerentes com os números apresentados para a população desempregada que aumentou face ao trimestre anterior (5,6%), apesar de inferior quando comparada com o período homólogo de 2014 (-4,7%).

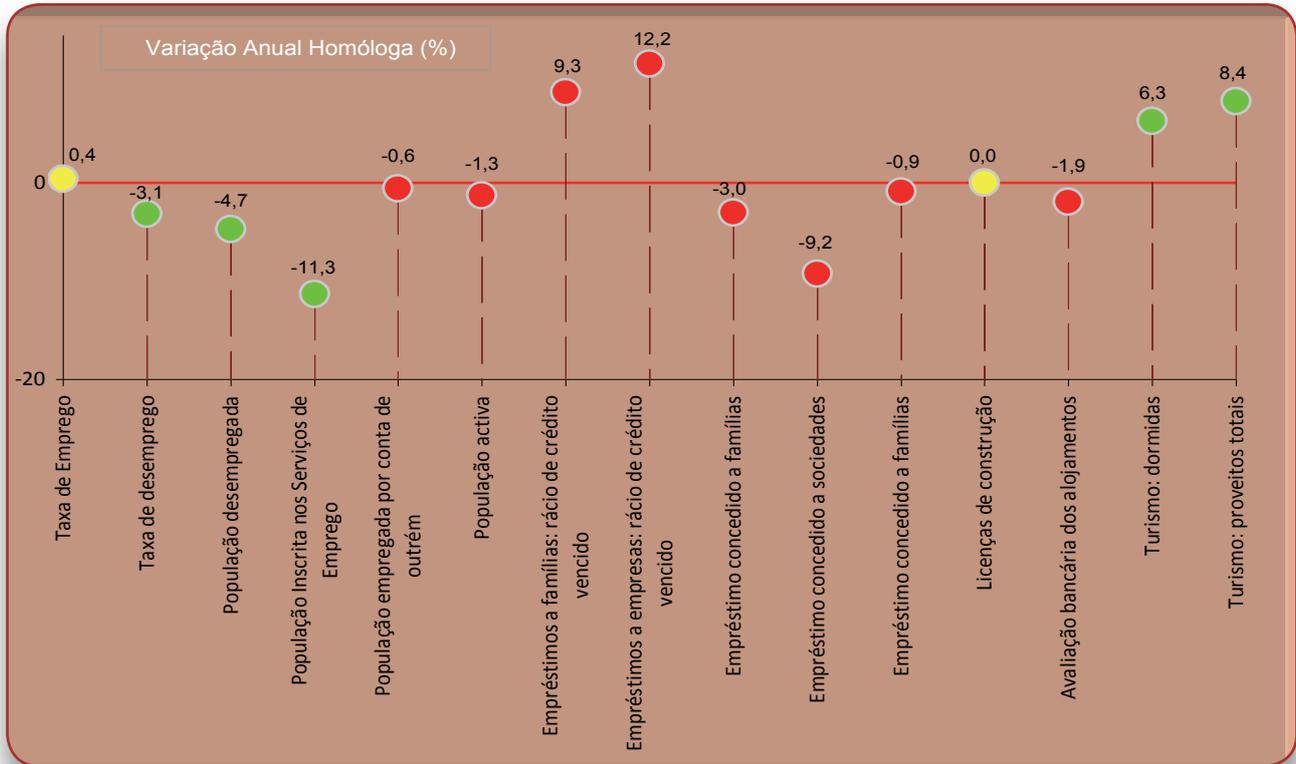
Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 1º Trimestre de 2015							
INDICADORES	Variação Homóloga (Anual %)	Variação Trimestre (%)	Período actual		Período anterior		Fonte
			Data	valor	Trimestre Anterior	Ano Anterior	
Taxa de Emprego (%)	0,4	-1,9	1º Trimestre 2015	46,8	47,7	46,6	INE
Taxa de desemprego (%)	-3,1	6,9	1º Trimestre 2015	15,5	14,5	16,0	INE
População desempregada (Nº)	-4,7	5,6	1º Trimestre 2015	54,5	51,6	57,2	IEFP
População Inscrita nos Serviços de Emprego (Nº)	-11,3	3,0	1º Trimestre 2015	38,327	37,227	43,224	INE
População empregada por conta de outrém (Milh.)	-0,6	-2,5	1º Trimestre 2015	297,4	305,1	299,1	INE
População activa (Milh.)	-1,3	-1,4	1º Trimestre 2015	351,8	356,7	356,3	INE
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	9,3	1,7	Março 2015	5,9	5,8	5,4	Banco Portugal
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	12,2	-2,3	Março 2015	12,9	13,2	11,5	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias (10 <sup>6</sup> €)	-3,0	-0,6	Março 2015	8765	8821	9035	Banco Portugal
Empréstimo concedido a sociedades (10 <sup>6</sup> €)	-9,2	0,2	Março 2015	4624	4613	5093	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias (10 <sup>3</sup> devedores)	-0,9	-0,2	Março 2015	306,9	307,6	309,6	Banco Portugal
Licenças de construção (Nº fogos)	0,0	*	Março 2015	29	25	29	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m <sup>2</sup> )	-1,9	1,5	Março 2015	878	865	895	INE
Turismo: dormidas (nº)	6,3	*	Março 2015	89122	64665	83813	INE
Turismo: proveitos totais (10 <sup>3</sup> €)	8,4	*	Março 2015	4124	3808	3806	INE

Variação homóloga = Variação no ano; Variação no Trimestre = dados mais actualis vs. trimestre anterior

\* Variação no trimestre no sector do turismo influenciada pela sazonalidade do fenómeno

No final do 1º trimestre de 2015 os indicadores de conjuntura da região com evolução favorável, quando comparados com o período homólogo de 2014, são a taxa de desemprego, a população desempregada, a população inscrita nos Serviços de Emprego e os indicadores no âmbito do turismo. As responsabilidades de crédito vencido, no que se refere aos empréstimos quer às famílias, quer às empresas, persistem em revelar-se negativas, face ao período homólogo.

## Indicadores de Conjuntura - 1º Trimestre de 2015

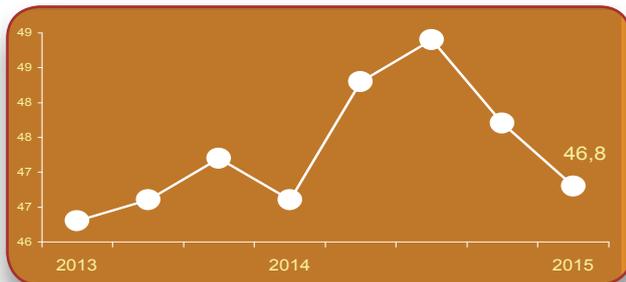


Fonte: INE, IEFP, BP

## Mercado de Trabalho

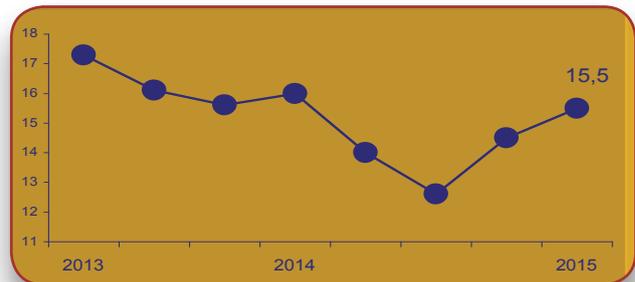
Analisando as tendências evolutivas do **mercado de trabalho** num período temporal mais alargado, verifica-se que a taxa de emprego que parecia revelar um comportamento inerente a oscilações sazonais, acaba por ter uma evolução continuada desfavorável até final deste trimestre (Março 2015).

### Taxa de Emprego (%)



Fonte: INE

### Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

A taxa de desemprego que vinha revelando, desde o início de 2013, uma evolução descendente bastante positiva (apesar de uma oscilação no final do ano), a partir do 3º trimestre de 2014, inicia um movimento inverso que, até final do 1º trimestre de 2015, ainda não foi contrariado.

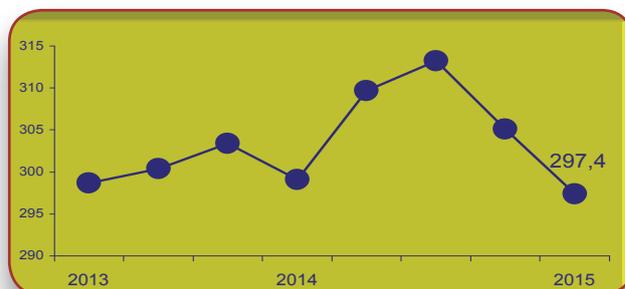
A evolução da população activa, a partir do 2º trimestre de 2014 tem vindo a verificar uma continuidade na tendência decrescente, o que eventualmente poderá significar a saída de pessoas em idade activa para outras regiões. A evolução da população empregada não revela uma curva coincidente com a da evolução da população activa, sendo que a partir do 3º trimestre de 2014, a variação descendente é comum nos dois indicadores. No final do 1º trimestre de 2015 a população activa atingia 351,8 milhares e a população empregada 297,4 milhares.

### População Activa (Milhares)



Fonte: INE

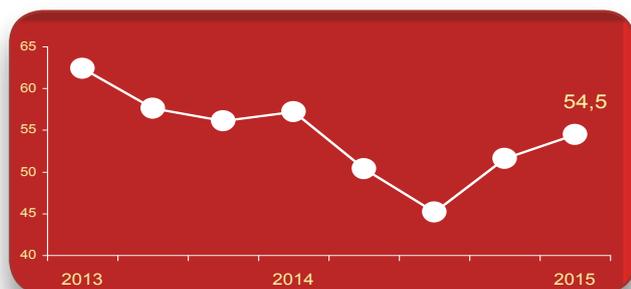
### População Empregada (Milhares)



Fonte: INE

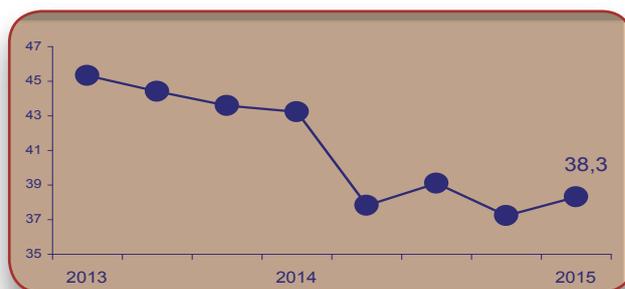
A evolução da população desempregada, após ter atingido um valor mínimo no 3º trimestre de 2014, tem vindo a verificar uma evolução continuada no sentido ascendente, enquanto que a população nas mesmas condições, mas inscrita no IEFP, é substancialmente inferior e revela oscilações descontínuas ao longo dos trimestres, pese embora a tendência ascendente do último trimestre.

### População desempregada (Milhares)



Fonte: INE

### População desempregada IEFP (Milhares)

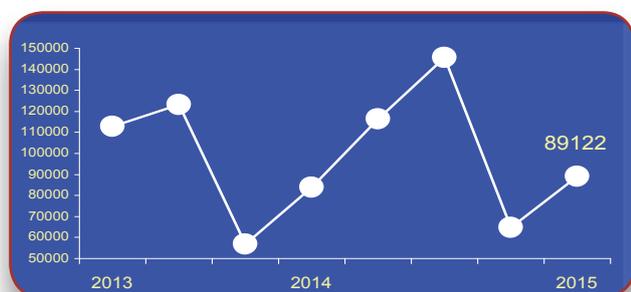


Fonte: INE

## Turismo

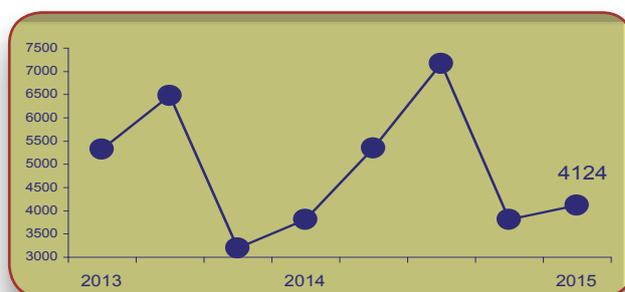
Quanto ao turismo, por ser sazonal, só devem fazer-se comparações nos períodos homólogos, e ao fazerem-se estas comparações conclui-se que quer o número de dormidas, quer os proveitos, têm evoluções muito positivas, sendo mesmo os indicadores mais favoráveis para a região.

### Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (N.º)



Fonte: INE

### Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros (€)



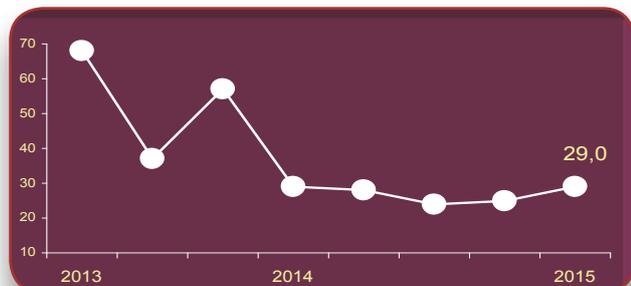
Fonte: INE

## Construção

Após o decréscimo do nº de fogos licenciados verificado a partir do final de 2013, pode dizer-se que o mesmo se tem mantido praticamente estável, apesar das pequenas oscilações entre trimestres, tendo-se chegado, ao final do 1º trimestre de 2015, exactamente com o mesmo nº de fogos licenciados verificado no período homólogo de 2014. É preciso, no entanto, ter em conta que nos referimos a um número reduzido de licenças (menos de 30). Os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos, atingiram 878€/ m<sup>2</sup>, quando no final do ano tinha ficado nos 865€/ m<sup>2</sup>, sendo que no período homólogo,

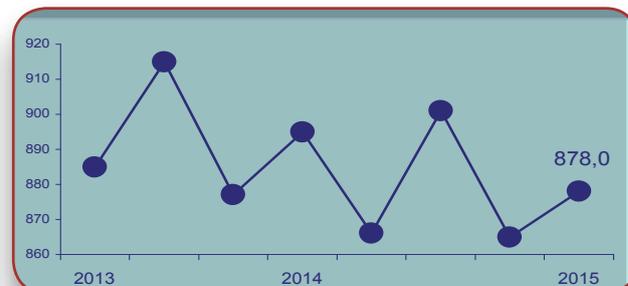
em 2014, era de 895€/ m<sup>2</sup>. Assim, tem havido um movimento oscilatório nos valores médios de avaliação bancária dos alojamentos, não se verificando qualquer tendência continuada.

### Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar



Fonte: INE

### Valores médios de avaliação bancária (€/ m<sup>2</sup>) dos alojamentos

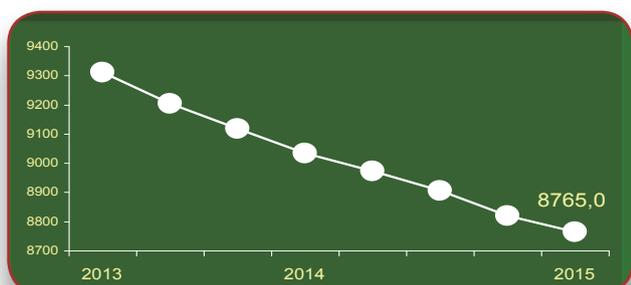


Fonte: INE

## Responsabilidades de Crédito

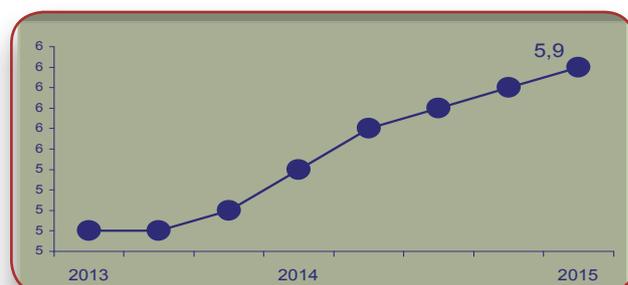
Os empréstimos concedidos as famílias têm vindo a diminuir, o que revela uma tendência decrescente continuada, pese embora os rácios de crédito vencidos manifestem uma tendência contrária, isto é, há um n.º crescente de famílias em incumprimento nos pagamentos dos seus créditos.

### Empréstimos concedidos a famílias (106 €)



Fonte: INE

### Rácios de credito vencidos - Famílias (%)

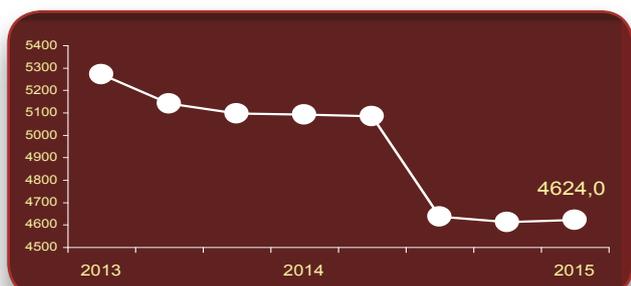


Fonte: INE

Os empréstimos concedidos às empresas este trimestre tiveram um ligeiro acréscimo (+0,2%), pese embora a situação esteja praticamente estável desde o 3º trimestre de 2014. A grande variação negativa ocorreu entre o 2º e o 3º trimestre de 2014.

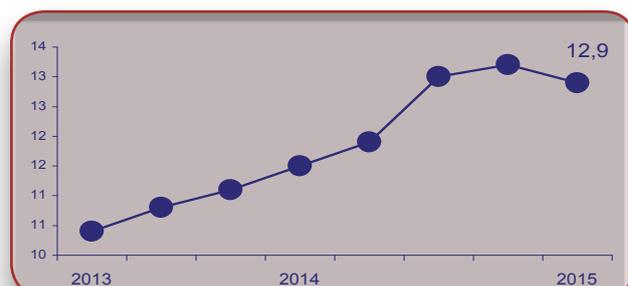
Já quanto aos rácios de crédito vencidos das empresas, há uma tendência crescente continuada, situação invertida este trimestre, em que se verifica um decréscimo de 2,3%, o que parece revelar uma tendência para a melhoria dos cumprimentos no âmbito do pagamento dos créditos ■

### Empréstimos concedidos a sociedade não financeiras (106 €)



Fonte: INE

### Rácios de credito vencidos - Sociedade não financeiras (%)



Fonte: INE

## Temas em destaque

### Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020

Com a elaboração da **Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2014-2020**, a CI-MAA pretende estabelecer o quadro de intervenção estratégica e de programação do investimento no seu espaço territorial de intervenção, dando assim um importante impulso ao processo de preparação de um novo ciclo de programação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Este quadro estratégico, embora alinhado com as principais prioridades e objetivos da Política de Coesão, com os objetivos do Portugal 2020 e do Plano de Ação Regional - Alentejo 2020, deverá constituir uma resposta aos desafios específicos que se colocam ao Alto Alentejo, contribuindo para corrigir os constrangimentos atuais e as condições periféricas que caracterizam a sub-região, o que justifica e reforça a necessidade da sua focagem temática.

#### ► Visão Estratégica e quadro global de intervenção

As tendências demográficas, pautadas pela repulsão e conseqüente envelhecimento da população constituem, um poderoso constrangimento a todo o processo de desenvolvimento económico e social, se não houver capacidade de as contrariar progressivamente e inverter esta tendência. Os indicadores estatísticos da última década apontam para a ameaça da sustentabilidade social do Alto Alentejo:

- os índices de envelhecimento (215,4%), dependência de idosos (45,5%) e longevidade (55,7%), são os mais elevados do País;
- a densidade populacional (24 hab./Km<sup>2</sup>) é a menor do País;
- a perda de população entre 2001 e 2011 (6,7%), em todas as faixas etárias (Censos 2001-2011), também é a mais elevada do País.

A par desta tendência pesada, existe uma outra mensagem forte que emerge do processo de planeamento estratégico a qual considera que a dotação de recursos do Alto Alentejo constitui ativo próprio não só para o seu desenvolvimento futuro, mas também para o desenvolvimento do Alentejo e para a concretização dos objetivos estratégicos regionais, no horizonte 2020.

A visão prospetiva deve partir do conhecimento dos recursos e potencialidades deste território, sobretudo dos referenciais de ativos de que o Alto Alentejo dispõe os quais são a guarda avançada de organização de respostas aos desafios competitivos que enfrenta para se afirmar com a capacidade necessária para vencer o estigma do despovoamento e do declínio económico. Trata-se de trabalhar

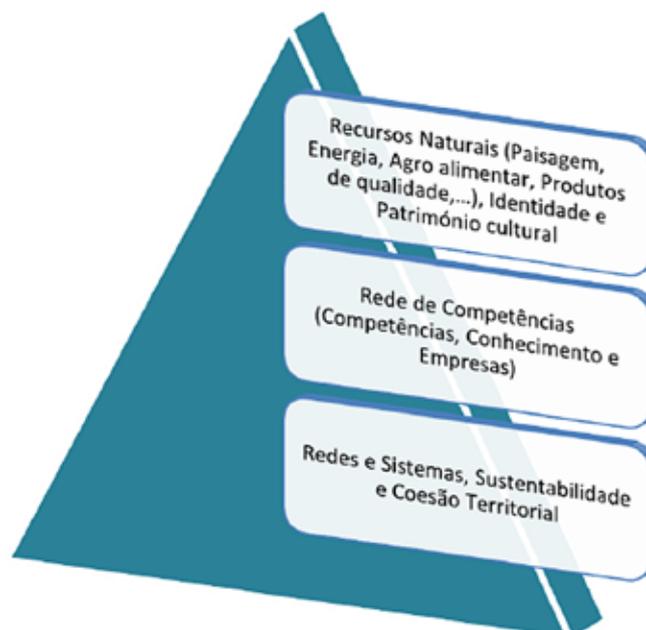


Serra de S. Mamede - Marvão

as condições que contribuam para valorizar os ativos permanentes e simbólicos em domínios com uma forte imagem cultural, histórica, patrimonial, ambiental, social e económica, por forma a afirmar um território que revela dinamismo para atrair e crescer.

O Triângulo Estratégico adiante arquitetado procura justamente valorizar a dimensão de recursos do Território sinalizando, em simultâneo, Domínios de intervenção para as políticas públicas regionais que deverão ser orientados para proporcionar a condições indispensáveis à valorização destes ativos do território, nomeadamente, a partir de novas dinâmicas de iniciativa dos atores regionais e de agentes externos, com apoio dos instrumentos de financiamento em preparação.

Neste enquadramento, o **Alto Alentejo posiciona-se como:**



**(i) Um território que dispõe de Recursos Naturais de carácter produtivo (paisagem, energia, agroalimentar, produtos de qualidade,...) e Recursos identitários (património natural, material e imaterial, paisagem, usos e costumes, gentes,...);**

(ii) Um território que promove o **funcionamento em rede de empresas e centros do saber e tecnologia** para construir **uma trajetória de inovação e de acolhimento e atração de empresas**; trata-se de posicionar estratégica e operacionalmente um território amigo da economia e das empresas e que dispõe de quadros e instituições qualificadas para apoiar o desenvolvimento empresarial nas suas múltiplas dimensões.

O Alto Alentejo é um **território com vocação turística** onde é possível aprender e vivenciar coisas novas e emocionantes num ambiente calmo e sereno, onde é possível apreciar valores naturais únicos, um **território onde se circula com mobilidade e que oferece condições para trabalhar e viver**. Um território que está sintonizado com o futuro e traça um caminho com confiança nos seus valores, é um território que pode ambicionar a ser uma região que atrai pessoas e empresas!

As especificidades e as necessidades de desenvolvimento do Alto Alentejo, relativamente ao território nacional e até às outras sub-regiões alentejanas, não têm beneficiado de intervenções de política e de investimentos públicos orientados para corrigir as condições periféricas que caracterizam a sub-região. Neste entendimento, é imperioso **dotar o Alto Alentejo de instrumentos específicos e acrescidos** relativamente à generalidade das situações de apoio comunitário, de forma a compensar e recuperar do atraso e do ostracismo a que tem sido sucessivamente votado pelos governos da Nação.

No âmbito do Quadro Estratégico Europeu 2014-2020, e no enquadramento das prioridades do Plano de Ação Regional Alentejo 2020, o **esforço fundamental deverá ser direcionado para as empresas e para a relação destas e demais atores de iniciativa regional com o mercado (acessibilidade e valorização) e com os centros de saber, de transferência de tecnologia e de inovação**. Com esse esforço, espera-se:

- Preencher lacunas ainda existentes nas infraestruturas de rede que contribuam para o reforço da competitividade e da coesão territorial;
- Promover e ampliar a base económica e empresarial do Alto Alentejo no sentido de aprofundar a sua requalificação produtiva e melhorar a sua capacidade competitiva;
- Aumentar o apoio às escolas e demais centros do saber e da inovação para reforçar e ampliar os níveis de qualificação académica e profissional dos jovens e adultos; e
- Melhorar os instrumentos de inserção nos mercados de emprego via formação profissional, no quadro da Aprendizagem ao Longo da Vida, estimulando o empreendedorismo, a criação de iniciativas empresariais e a qualificação e reconversão de competências.

No horizonte 2014-2020, a **Estratégia de Desenvolvimento do Alto Alentejo** (e o respetivo **Plano de Ação**) concentra-se num conjunto de objetivos bem definidos e em forte sintonia com a necessidade imperiosa de **tornar a base económica regional mais qualificada e competitiva**. Em combinação com este objetivo nuclear importa **reforçar a atratividade do Alto Alentejo para aumentar o investimento externo**, os fluxos de visita e a criação de emprego.



*A Visão Estratégica passa por afirmar o Alto Alentejo como um território capaz de sustentar o desenvolvimento e o declínio económico com base num processo de qualificação e valorização dos seus recursos naturais, produtivos e identitários que transformem a sub-região num território amigo da economia e das empresas, dotado de quadros e instituições qualificadas para apoiar o desenvolvimento sustentado.*

## ► Eixos Estratégicos de Intervenção para o Alto Alentejo



### A. Qualificação do Território

- *Qualificar âncoras de desenvolvimento nos principais centros urbanos do Alto Alentejo, como via para aumentar os fluxos de visitação e também de atração demográfica. Estas âncoras deverão constituir referências patrimoniais, económicas, culturais ou artísticas diferenciadas que sejam suficientemente fortes na sua imagem identitária para despertarem interesse emocional e atração subsequente;*
- *Promover a requalificação de infraestruturas de rede e equipamentos de proximidade que permitam melhorar a mobilidade territorial de molde a favorecer uma densificação de fluxos de passageiros e mercadorias a nível intrarregional, contribuindo para quebrar o isolamento do Alto Alentejo face ao exterior;*
- *Fomentar o aproveitamento das infraestruturas e equipamentos públicos existentes nos mais variados campos de intervenção (cultural, desportivo, etc.) através da sua dinamização, contri-*

Termas da Fadagosa - Nisa





Rio Sever - Portagem

buindo para potenciar a exploração de sinergias entre diferentes Municípios para a realização de iniciativas e eventos de interesse para a afirmação do território no panorama regional e nacional;

- *Promover a qualificação dos recursos de património natural e cultural dos territórios do Alto Alentejo*, criando condições para a recuperação de valores naturais e de paisagem cultural e de equipamentos indispensável para a valorização económica e fruição dos mesmos, assente também em instrumentos de gestão desses recursos e do território.
- *Atenuar lacunas de conectividade e de comunicação a nível intrarregional e inter-regional recorrendo à utilização inteligente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)*, em torno de projetos-piloto que permitam aumentar a interação das empresas e dos cidadãos com o exterior, proporcionando o surgimento de novos serviços e negócios e uma maior abertura do Alto Alentejo ao mundo.

## B. Inovação e Formação de Competências

- *Estimular o trabalho conjunto e de proximidade entre Instituições de Ensino Superior/ Unidades de I&D/Empresas/ Entidades da Economia Social (oferta formativa e serviços de inovação)* para requalificar gradualmente o tecido económico e produtivo regional e permitir o enquadramento de quadros técnicos e profissionais mais qualificados nas empresas e o arranque de “start-ups” na fase de incubação inicial;
- *Constituir plataformas em rede entre as unidades territoriais que prestam apoio à criação de empresas no Alto Alentejo* envolvendo Municípios, instituições públicas especializadas e Associações Empresariais, Entidades da Economia Social para promover a criação de um ambiente favorável a uma cultura de iniciativa empreendedora e de inovação e inclusão social;
- *Conceber e implementar iniciativas sub-regionais em domínios específicos das modalidades de qualificação escolar e profissional inseridas no mercado de emprego*, por forma a operacionalizar instrumentos de política pública orientados para dotar os trabalhadores das competências adequadas às exigências do mercado de trabalho.

## C. Atratividade de Investimento e Reestruturação de Atividades económicas

- *Dinamizar a criação de estruturas de suporte à iniciativa empresarial*, relançando/recriando experiências de apoio à incubação de empresas, com componentes de inovação tecnológica e produtiva e outras de desenvolvimento empresarial;
- *Dinamizar a criação de um cluster agroalimentar que contemple a enorme variedade de produtos com Denominação de Origem Controlada*, integrando empresas e centros de saber e inovação que sejam o suporte para desenvolver novos negócios e iniciativas empresariais;
- *Estimular o desenvolvimento de empresas e produtos de produções endógenas numa lógica de fileira*, contribuindo para o aproveitamento de oportunidades económicas de mercado (agro-negócios, ...) e a organização das produções primárias transacionáveis;
- *Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do Alto Alentejo*, trata-se de complementar o esforço de atratividade regional e aumentar a notoriedade a nível nacional e internacional, dos produtos e recursos que se destacam no território, contribuindo para reforçar a sua presença nos mercados externos e tirando partido de elementos-diferenciadores de que é exemplo a classificação do Património de Elvas como



Elvas

Património da Humanidade, distinção suscetível de dinamizar a economia do Alto Alentejo, em atividades relacionadas e de suporte à valorização do património;

- *Potenciar os mecanismos de apoio às empresas do setor turístico* para sustentarem uma oferta de alojamento, restauração, animação, ... mais integrada, mas também visando e atingindo públicos cada vez mais variados, p.ex., no âmbito do turismo ativo, turismo de natureza, turismo cultural, turismo sénior e de saúde e bem-estar;
- *Apoiar e incentivar as Organizações da Economia social* a criarem respostas inovadoras que, não só promovam a adequada coesão social necessária ao enfrentamento dos desafios sociais e demográficos da sub-região, como garantam a sustentabilidade deste setor de forma a dar cumprimento à sua missão solidária em simultâneo com a atração do investimento privado, no âmbito do desenvolvimento do Cluster do "Senior Living", em articulação com o turismo sénior e de saúde.

#### **D. Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de fronteira)**

- *Potenciar e consolidar a experiência adquirida pelas estruturas de gestão e apoio técnico a nível local no âmbito da Abordagem LEADER e outras iniciativas de desenvolvimento local e rural*, as quais são necessárias para manter a dinamização económica e social a uma escala de maior proximidade com as comunidades dos pequenos aglomerados rurais e urbanos;
- *Promover formas de articulação positiva com o trabalho de animação socioeconómica e territorial realizado no quadro da Abordagem LEADER*, enquanto instrumento relevante, nomeadamente, para a dinamização dos vastos territórios-rurais do Alto Alentejo;
- *Desenvolver iniciativas de cooperação transfronteiriça centradas em áreas temáticas convergentes com a valorização dos recursos do território e o reforço da massa crítica urbano-cêntrica do Alto Alentejo*, nomeadamente: as produções locais, no âmbito da biodiversidade; a implantação no mercado de energias renováveis; a reabilitação de ecossistemas florestais; a valorização do património natural e cultural, nomeadamente, através da criação de uma infraestrutura verde que articule e dinamize os recursos e valores naturais e de paisagem cultural do Alto Tejo; a gestão integrada de recursos hídricos, em sede Rede Natura, e a estruturação de redes urbanas de fronteira, com partilha de equipamentos e a gestão em rede de eventos e outras formas de intercâmbio; e iniciativas no âmbito do envelhecimento ativo e da saúde.

#### **E. Governação estratégica em rede**

- *Estruturar mecanismos de coordenação estratégica e operacional dotados de eficácia e eficiência na promoção do desenvolvimento do território*, nomeadamente no quadro da gestão do futuro Pacto para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial mas também prolongando a experiência da Plataforma Alto Alentejo XXI procurando encontrar as melhores combinações de parcerias e mobilização de recursos para concretizar projetos de desenvolvimento regional. A ideia da Convenção para o Desenvolvimento do Alto Alentejo deverá capitalizar essa perspetiva.
- *Conceber e implantar um Pacto Territorial para Empregabilidade combinando o reforço da qualificação do capital humano com a dinamização do mercado de emprego e implicando, na estruturação do Pacto, a rede de atores regionais dos sistemas de educação/formação, economia/emprego e economia social.*

## ► Plano de Ação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial

Em termos operacionais, a **Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alto Alentejo está estruturada em torno de um conjunto de dez Programas de Atuação** que organizam um leque de Linhas de Intervenção, as quais, por sua vez, constituem o nexó lógico de integração de projetos e de ações recolhidos e selecionados para efeitos deste exercício de programação.

Programas de Atuação	Linhas de Intervenção/ Ações
<b>Eixo Estratégico de Intervenção A. Qualificação do Território</b>	
<i>A.1. Qualificação Urbana e Territorial do Alto Alentejo</i>	A.1.1. Intervenções de Regeneração e Requalificação Urbana
	A.1.2. Fibra ótica e Utilização inteligente das TIC
	A.1.3. Qualificação do Património Natural e Cultural
<i>A.2. Qualificação da Rede de Equipamentos e Eficiência no Uso dos Recursos</i>	A.2.1. Qualificação dos serviços coletivos de proximidade às populações
	A.2.2. Eficiência energética da rede de equipamentos públicos e coletivos
<i>A.3. Mobilidade Sustentável e Acessibilidades Regionais</i>	A.3.1. Redes de conectividade dos municípios do Alto Alentejo
	A.3.2. Infraestruturas de Transporte Ferroviário e Aeroportuárias
<b>Eixo Estratégico de Intervenção B. Inovação e Formação de Competências</b>	
<i>B.1. Rede Regional de Empreendedorismo e Criação de Empresas</i>	B.1.1. Qualificação e organização em rede de Ninhos de empresas do Alto Alentejo
<i>B.2. Rede de Regional de Competências</i>	B.2.1. Reorganização da oferta de formação escolar e profissional
	B.2.2. Mais Educação - Combate ao abandono e insucesso escolar
<b>Eixo Estratégico de Intervenção C. Atratividade de Investimento e Reestruturação de Atividades económicas</b>	
<i>C.1. Qualificação das Áreas de Localização Empresarial e Logística</i>	C.1.1. Centros de Negócios e Logística
	C.1.2. Qualificação de Equipamentos Económicos
<i>C.2. Desenvolvimento Competitivo das atividades de especialização e emergentes</i>	C.2.1. Energia Sustentável - Produção e gestão
	C.2.2. Economia do Património e Turismo/ Lazer
	C.2.3. Turismo de Natureza
	C.2.4. Promoção do Alto Alentejo
<i>C.3. Desenvolvimento da Economia Social em articulação com a Saúde e o Turismo (sénior e de saúde)</i>	C.3.1. Economia Social e Turismo sénior e de Saúde
<b>Eixo Estratégico de Intervenção D. Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de fronteira)</b>	
<i>D.1. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade</i>	D.1.1. Qualificação e Animação económica do Património rural
	D.1.2. Valorização das artes e ofícios e produtos do Alto Alentejo
<i>D.2. Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço</i>	D.2.1. Eurocidade Elvas-Badajoz
	D.2.2. Cooperação entre Cidades e territórios da Raia
<b>Eixo Estratégico de Intervenção E. Governação estratégica em rede</b>	
<i>E.1. Convenção para o Desenvolvimento do Alto Alentejo</i>	E.1.1. Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
	E.1.2. Modernização Administrativa
<i>E.2. Pacto Territorial para a Empregabilidade</i>	E.2.1. Pacto Territorial para a Empregabilidade

## ► Modelo de Governação da EIDT

O Modelo de Governação apresentado procura combinar duas dimensões do processo de gestão de instrumentos de financiamento, num contexto intermunicipal:

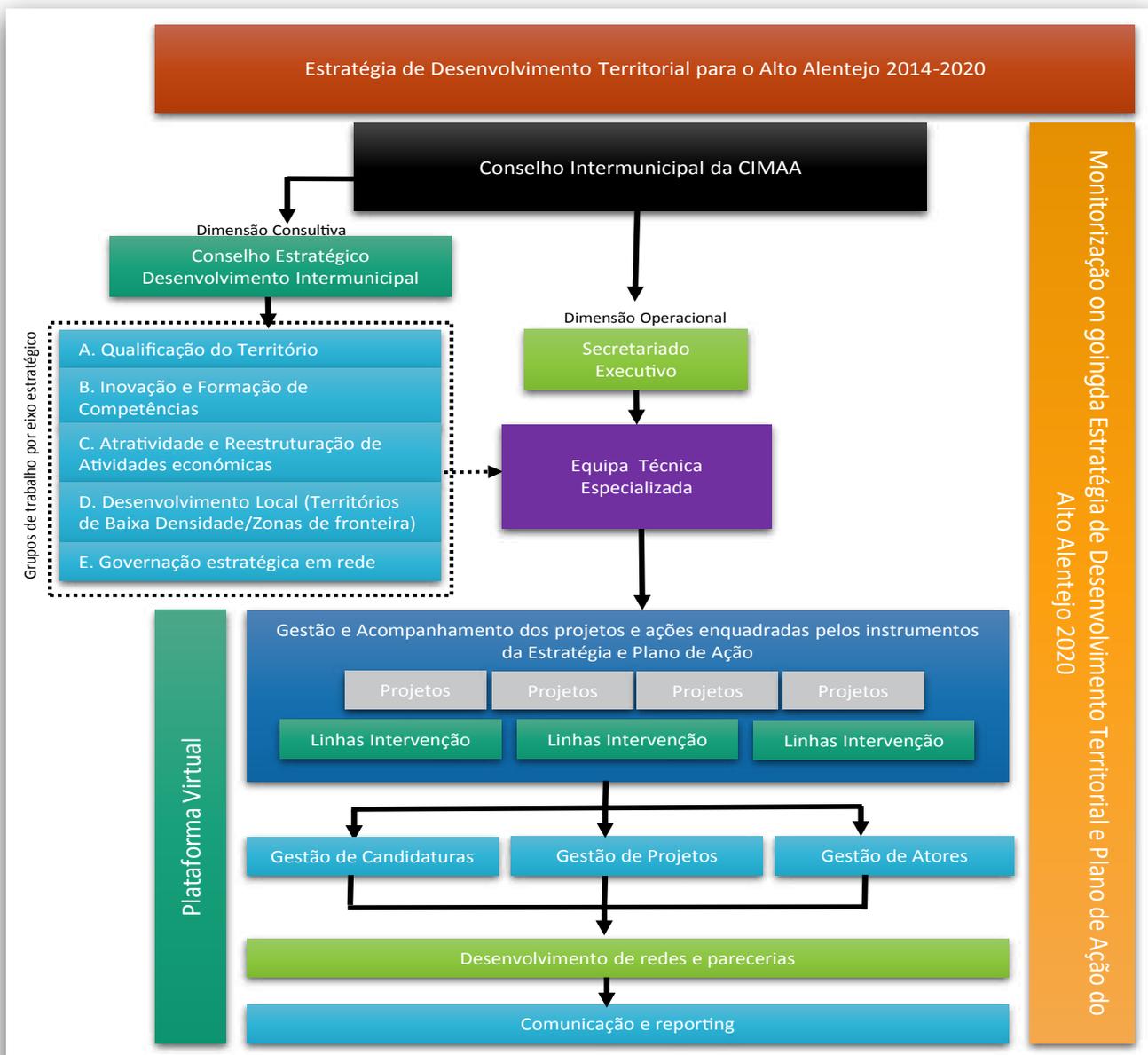
- a *dimensão consultiva*, que releva da necessidade de pronunciamento do órgão estratégico de governação intermunicipal; e
- a *dimensão operacional*, de natureza técnica, que pretende valorizar uma experiência alicerçada na gestão de Fundos, em gerações de programação anteriores.

Paralelamente, pretende-se que o Modelo de Governação incorpore uma função de monitorização ongoing da implementação da Estratégia e do Pacto/ ITI suprimindo lacunas de Acompanhamento e Avaliação na gestão das Subvenções globais.

A dimensão consultiva será ancorada no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermu-

nicipal (CEDI) em que, para melhor acompanhamento, foram criados Grupos de Trabalho que correspondem ao funcionamento restrito do CEDI, de acordo com os Eixos Estratégicos da EIDT. Esta dimensão terá como principal finalidade apoiar o processo de decisão dos restantes órgãos da CIMAA, sendo constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção nos domínios dos Eixos e refletindo interesses de base intermunicipal. Trata-se de assegurar o envolvimento e a responsabilização dos principais atores regionais que integram o CEDI na implementação da Estratégia de Desenvolvimento e respetivo Plano de Ação, requisito indispensável para maximizar os resultados da execução da Estratégia e dos instrumentos de programação. A dimensão operacional materializa-se na existência e atividade de uma equipa técnica especializada da CIMAA que, em articulação com os Grupos de Trabalho do CEDI (dimensão consultiva), assegura a Gestão das Candidaturas e Projetos (análise, seleção, aprovação, acompanhamento, ...) e garante a articulação com os atores do território, assim como a especificação e montagem de ações conjuntas e transversais. A Monitorização deverá ser realizada através de reuniões mas também via elaboração de relatórios e comunicações, com suporte de conteúdos extraídos da Plataforma Virtual ■

*Artigo da responsabilidade da CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo*



## A CCDRA na gestão dos incentivos à leitura e à comunicação social



A Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional viram aumentadas as suas atribuições a partir de 1 de março do corrente ano. As CCDR passam por um lado a deter competência para instruir, decidir e fiscalizar o incentivo à leitura. Efetivamente, o regime de incentivo à leitura e ao acesso à informação, instituído pelo Decreto-Lei n.º 98/2007, de 2 de abril, revisto pelo Decreto-Lei n.º 22/2015, de 6 de fevereiro é dirigido aos potenciais consumidores de publicações periódicas. Por outro lado, passam a deter competências para instruir, decidir e fiscalizar os incentivos diretos do Estado à comunicação social, nos termos do Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro.

### Regime de Incentivo à Leitura de Publicações Periódicas e ao Acesso à Informação

*A literacia é uma fonte de dignidade humana e um motor para o desenvolvimento saudável da sociedade* – este princípio, afirmado pelo UNRIC (Centro Regional de Informação das Nações Unidas, sediado em Bruxelas) pode muito bem servir de mote à temática do incentivo à leitura.

O interesse público da imprensa em Portugal justifica a previsão constante da Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99, de 3 de janeiro), nos termos da qual o Estado organiza um sistema de incentivos não discriminatório visando assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Este apoio consiste numa comparticipação financeira a fundo perdido de parte dos custos de envio, pelos operadores postais, de publicações periódicas aos seus assinantes.

Podem requerer este incentivo:

- entidades proprietárias ou editoras de publicações periódicas de informação geral de âmbito regional;
- entidades proprietárias ou editoras de publicações periódicas dirigidas a comunidades portuguesas no estrangeiro;



- entidades proprietárias ou editoras de publicações periódicas especializadas sobre as seguintes temáticas: deficiência, ciência e tecnologia, literatura, arte, intercâmbio com os países de língua portuguesa e igualdade de género.

A percentagem de comparticipação referente a publicações periódicas de informação geral tem evoluído ao longo dos anos. Cifrando-se em 60% em 2007 e em 50% em 2008, decresceu em 2009 para os 40%, estabilizando-se neste valor nos anos seguintes, até este ano.

Reconhecendo a importância deste incentivo para a difusão da imprensa local e regional, prevê-se no Decreto-Lei n.º 22/2015 a possibilidade de aumento da percentagem e da cobertura de comparticipação do Estado nos custos da expedição postal.

É o caso de entidades situadas em territórios de baixa densidade, cuja percentagem de comparticipação financeira se fixa em 50%, mediante nova candidatura a aprovar caso preencha os requisitos. Foram flexibilizadas as condições de acesso mediante uma descida dos números de tiragem média mínima por edição exigidos tendo em vista o aumento do universo de publicações elegíveis.

As entidades candidatas devem estar classificadas pela ERCS – Entidade Reguladora para a Comunicação Social e nela registadas há pelo menos um ano, bem como ter um número mínimo de edições ininterruptas: um ano de edições (no caso de ter periodicidade diária); dois anos de edições (no caso de ter periodicidade superior à diária e se trate de publicação de informação especializada); cinco anos de edições (no caso de ter periodicidade superior à diária e se trate de publicação de informação geral de âmbito regional).

Para serem elegíveis as publicações de informação geral não podem ter uma periodicidade superior à mensal. Quanto às publicações de informação especializada, não podem ter uma periodicidade superior à anual.

A documentação necessária à instrução das candidaturas consta do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 100/2015, de 2 de abril.

## Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social

A liberdade de imprensa, entendida como liberdade fundamental da pessoa humana em receber e transmitir informações e ideias por qualquer meio de expressão, encontra consagração na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Dai que se compreenda a importância deste regime de incentivos, enquanto instrumento de desenvolvimento cujo âmbito inclui os órgãos de comunicação social de âmbito regional e local e também órgãos de comunicação social nacional (neste último caso só na vertentes do emprego e formação profissional, acessibilidade à comunicação social e desenvolvimento de parcerias estratégicas).

O regime dos incentivos diretos, também assim chamado, estrutura-se por eixos temáticos, a cada um correspondendo apoios específicos, sendo que à atribuição dos apoios preside uma lógica de interligação (e não sobreposição) face a outros regimes.

São entidades elegíveis:

- Proprietários ou editores de publicações periódicas portuguesas registadas na ERC ;
- Operadores de radiodifusão sonora legalmente registados;
- Sociedades cooperativas de jornalistas e outros profissionais de comunicação social que se dediquem à edição de publicações periódicas.
- Jornalistas com título profissional válido, outros profissionais de comunicação social, associações e outras entidades promotoras de iniciativas de interesse relevante nesta área.

As condições de elegibilidade (cumulativas) para proprietários ou editores de publicações periódicas são as seguintes: têm que ser de informação geral; têm que ser de âmbito regional ou local e ser um meio de valorização da língua portuguesa e da cooperação entre países lusófonos; têm que cumprir os requisitos de periodicidade de edições e o um período mínimo de registo; têm que ter uma tiragem mínima de 750 exemplares.

Quanto às condições de elegibilidade (cumulativas) para proprietários ou editores de órgãos de comunicação social digitais: têm que ser de informação geral; têm que ser de âmbito regional ou local e ser um meio de valorização da língua portuguesa e da cooperação entre países lusófonos; têm que cumprir o período mínimo de registo.

Relativamente aos operadores de rádio, as condições de elegibilidade (cumulativas) são: terem programas generalistas ou temáticos informativos; terem que operar exclusivamente numa comunidade local; deterem à data da candidatura, no mínimo, dois anos de licenciamento e de emissão ininterrupta.

São ainda elegíveis outros operadores de rádio que operem exclusivamente na Internet desde que difundam serviços de programas de conteúdos de âmbito local.





Tipologias de Incentivos	Competência para a instrução dos procedimentos de atribuição dos incentivos
Ao emprego e à formação Profissional	Entidade legalmente competente
À modernização tecnológica	CCDR
Ao desenvolvimento digital	CCDR
À Acessibilidade à comunicação social	CCDR
Ao desenvolvimento de parcerias estratégicas	CCDR
À literacia e educação para a comunicação social	CCDR
<b>Decisão de atribuição dos Incentivos</b>	Compete à CCDR

A decisão obedece a critérios gerais fixados no decreto-lei, os quais são desenvolvidos em regulamento, aprovado pela Portaria n.º 179/2015, de 16 de junho.

Este regime prevê uma majoração no incentivo em caso de criação líquida de postos de trabalho para: jornalistas com carteira profissional; desempregados de longa duração; beneficiários do rendimento social de inserção; pessoas com grau de deficiência igual ou superior a 60%. Prevê-se também uma majoração para projetos que se destinem a operar em suporte digital. Por último, está prevista uma majoração para projetos que se situem em territórios de baixa densidade ou com um índice de PIB per capita por NUT III inferior a 75% da média do PIB per capita nacional.

Quanto à definição do financiamento, os montantes globais a atribuir são anualmente fixados pelos membros do Governo responsáveis pelas finanças, comunicação social e desenvolvimento regional. As verbas são suportadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, a qual transfere para cada CCDR os montantes necessários aos encargos com a instrução dos procedimentos e com a fiscalização do cumprimento do regime.

No que concerne aos pagamentos, cabem à Agência, com base nos pedidos apresentados pelas CCDR.

Facto relevante é igualmente o que se prende com a existência de uma comissão de acompanhamento dos dois regimes de incentivos, a qual funciona junto de cada CCDR, sendo este órgão presidido por um elemento da CCDR.

São competências da comissão de acompanhamento: receber a proposta de decisão final de atribuição de incentivos que lhe é remetida pelo órgão instrutor e, caso se justifique, emitir parecer; solicitar à CCDR informações sobre os processos; analisar e aprovar o relatório final de execução elaborado pela CCDR; propor alterações ao regulamento de atribuições dos dois regimes de incentivos; pronunciar-se sobre o montante máximo a atribuir em cada incentivo, a fixar pelos membros do Governo; identificar novas necessidades e temas a serem considerados no âmbito do regime; acompanhar a execução dos projetos beneficiados.

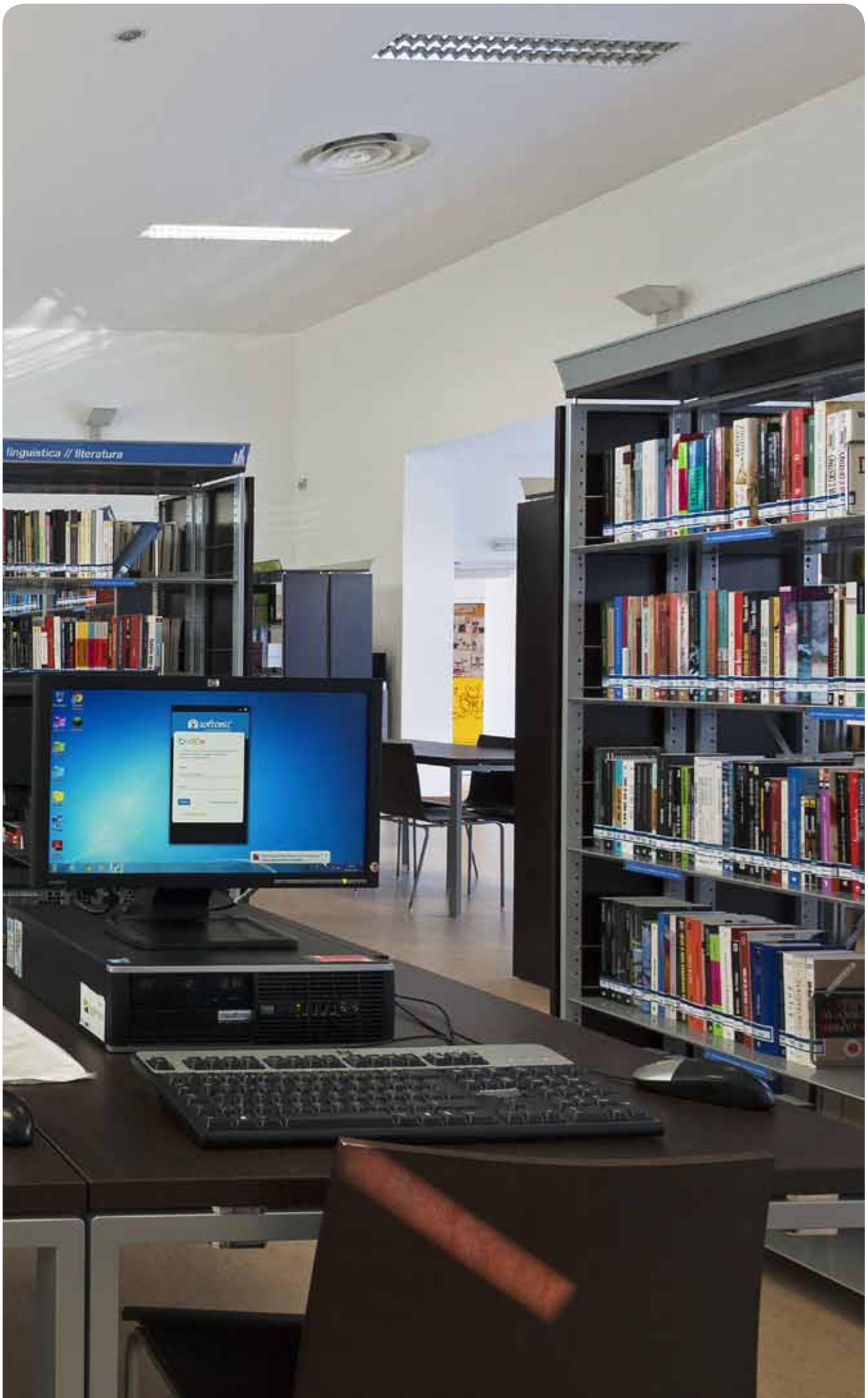
### Condições específicas de cada uma das tipologias de incentivos

Tipologias de Incentivos	Destques
<u>Ao emprego e à formação Profissional</u> (apoios à contratação; empreendedorismo; integração laboral e empregabilidade; formação profissional)	O Programa Operacional Regional pode apoiar programas ou linhas de formação na área a comunicação social e noutras conexas ou instrumentais daquela
<u>À modernização tecnológica</u> (aquisição de hardware, software; modernização de infraestruturas e equipamentos de radiodifusão e telecomunicações; reconversão tecnológica de estúdios)	Comparticipação não reembolsável de 50% dos custos de execução do projeto, com o limite máximo a fixar em regulamento
<u>Ao desenvolvimento digital</u> (utilização de plataformas multimédia e conversão de órgãos de c.s. para o digital)	Comparticipação (não reembolsável) de 60% dos custos de execução do projeto, com o limite máximo a fixar em regulamento
<u>À Acessibilidade à comunicação social</u> (acessibilidade de pessoas com deficiência aos conteúdos e às tecnologias de c.s.)	Comparticipação não reembolsável de 80% dos custos de execução do projeto, com o limite máximo a fixar em regulamento
<u>Ao desenvolvimento de parcerias estratégicas</u> (acordos, associações de órgãos de c.s. relativamente a todas as tipologias de incentivos, fomento da língua portuguesa)	Comparticipação não reembolsável e/ou majoração, variáveis consoante a tipologia de projeto
<u>À literacia e educação para a comunicação social</u> (desenvolvimento de projetos de âmbito regional ou local, em parceria, entre órgãos de c.s., CIM's, estabelecimentos de ensino, associações de solidariedade social)	Comparticipação reembolsável de 50% dos custos de execução do projeto, com o limite máximo a fixar em regulamento; oferta de assinaturas de publicações periódicas

Em matéria de execução dos incentivos são naturalmente previstas determinadas obrigações para os beneficiários, quer na vertente da execução dos projetos, quer no reporte de informação que os mesmos têm que dar à CCDR, quer ainda na sua sujeição a ações de fiscalização, prevendo-se um regime contraordenacional próprio para situações de infração.

Em matéria de publicitação, realce-se que a CCDR elabora e submete à Assembleia da República um relatório anual relativo à execução do regime de incentivos, mantendo uma listagem atualizada no seu sítio da Internet, com os projetos e ações submetidos e aprovados, a identificação dos beneficiários, a tipologia de incentivos, os valores financiados e uma síntese de execução dos projetos ■





## Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2013



### O ISDR 2013 e a nova organização das regiões portuguesas para fins estatísticos

Com a divulgação dos resultados relativos a 2013, o INE inicia o ciclo de produção da nova versão do ISDR que adota o referencial da organização das NUTS III instituído pelo Regulamento (UE) nº 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto, que define as NUTS III como unidades administrativas, com limites territoriais coincidentes com os estabelecidos para as Entidades Intermunicipais, para o Continente.

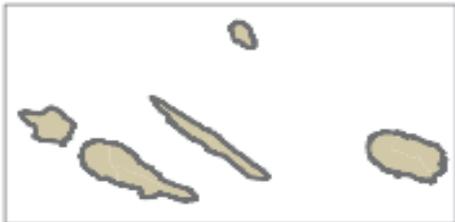
Face à versão anterior, as NUTS 2013 apresentam apenas alterações nos limites territoriais das unidades de nível 3 e verifica-se uma diminuição no número de NUTS III (de 30 para 25) implicando um aumento da dimensão média destas unidades territoriais: as NUTS III.

A alteração de maior significado é a que resulta da modificação da NUT II Lisboa, que passa a designar-se por Área Metropolitana de Lisboa, que se constituirá, simultaneamente, como NUT II e NUT III, embora mantenha os concelhos anteriores.

O Alentejo apenas apresenta uma pequena alteração, com a transição do concelho de Mora do Alto Alentejo para o Alentejo Central e do concelho de Sousel do Alentejo Central para o Alto Alentejo.

Limites das NUTS 2013

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Limites Territoriais

- NUTS III  
e.g. Ave
- NUTS II

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA





De modo a avaliar comparativamente as regiões de Portugal, o INE apresentou o estudo relativo a 2013 do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR). Este indicador compósito, designado como Índice Global, resulta do contributo de três componentes (Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental), constituídas por um conjunto de 65 indicadores estatísticos que permitem avaliar o comportamento das regiões face à média nacional, que assume o valor 100.

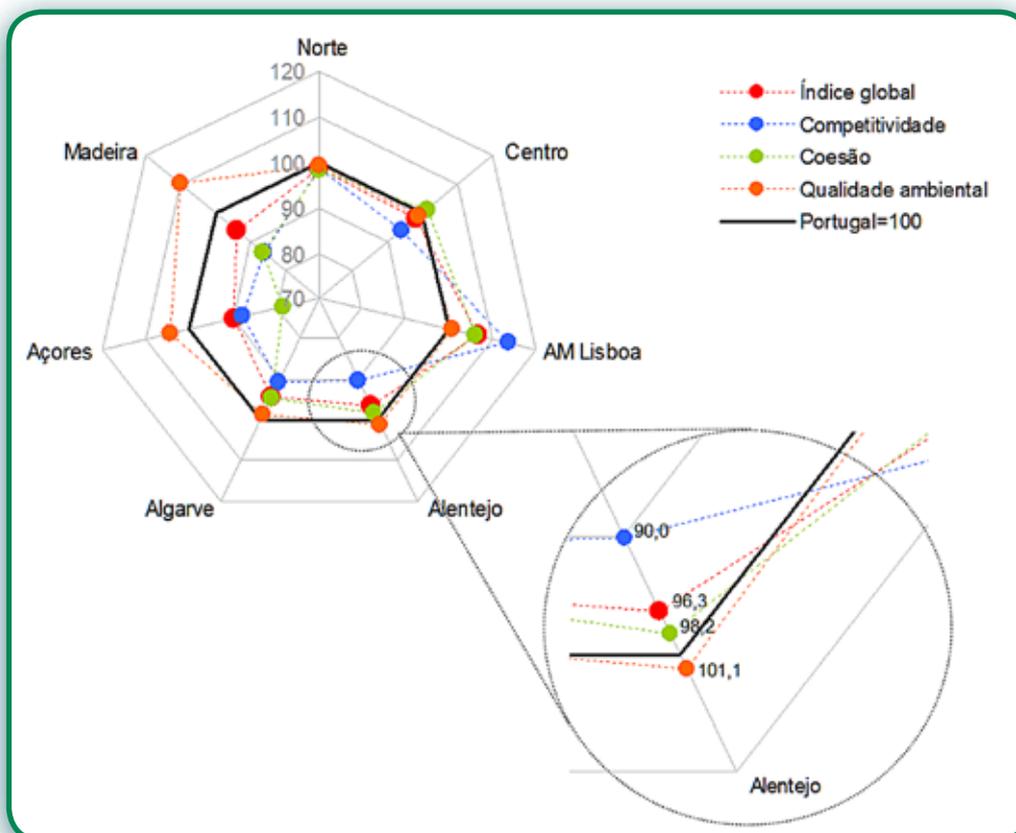
O ISDR foi alvo de revisão, decorrente da nova configuração geográfica das NUT III, passando a incluir unidades administrativas com limites territoriais coincidentes com as Entidades Intermunicipais do Continente<sup>1</sup>.

### ► Índice Global

Em termos do Indicador Global, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) destaca-se com o melhor posicionamento e desempenho acima da média nacional (106,8), seguindo-se as regiões do Norte e do Centro, com valores de 98,7 e 97,8 respectivamente.

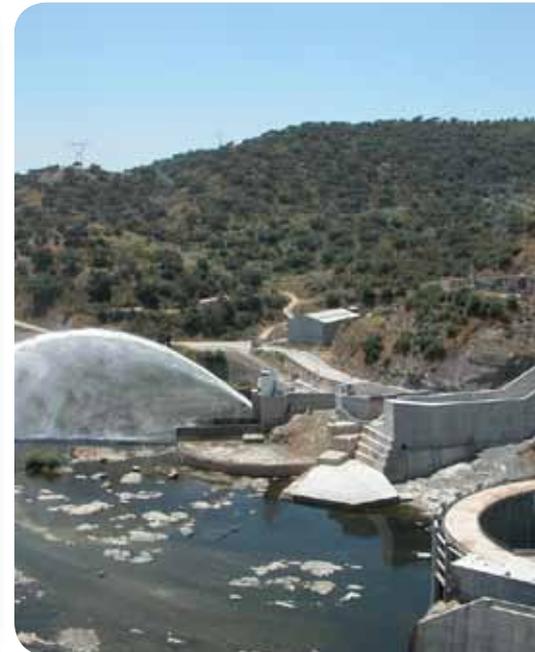
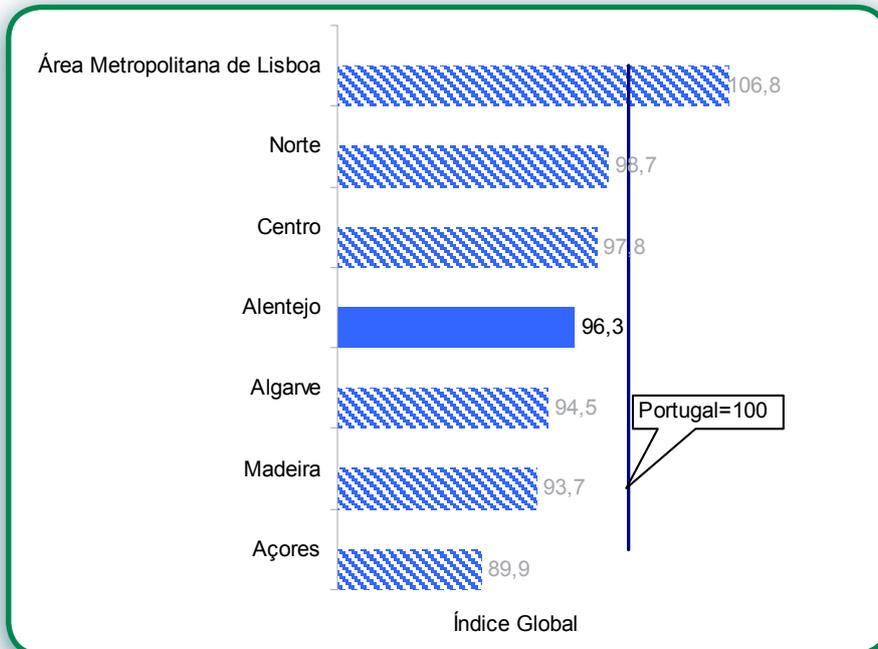
O Alentejo ocupa a 4ª posição entre as regiões de Portugal, com valor do indicador global de 96,3. Em termos subregionais, além da AML também as subregiões Alto Minho, Área Metropolitana do Porto (AMP) e Aveiro apresentam valores do índice global acima de 100.

#### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2013 / Componentes e Regiões

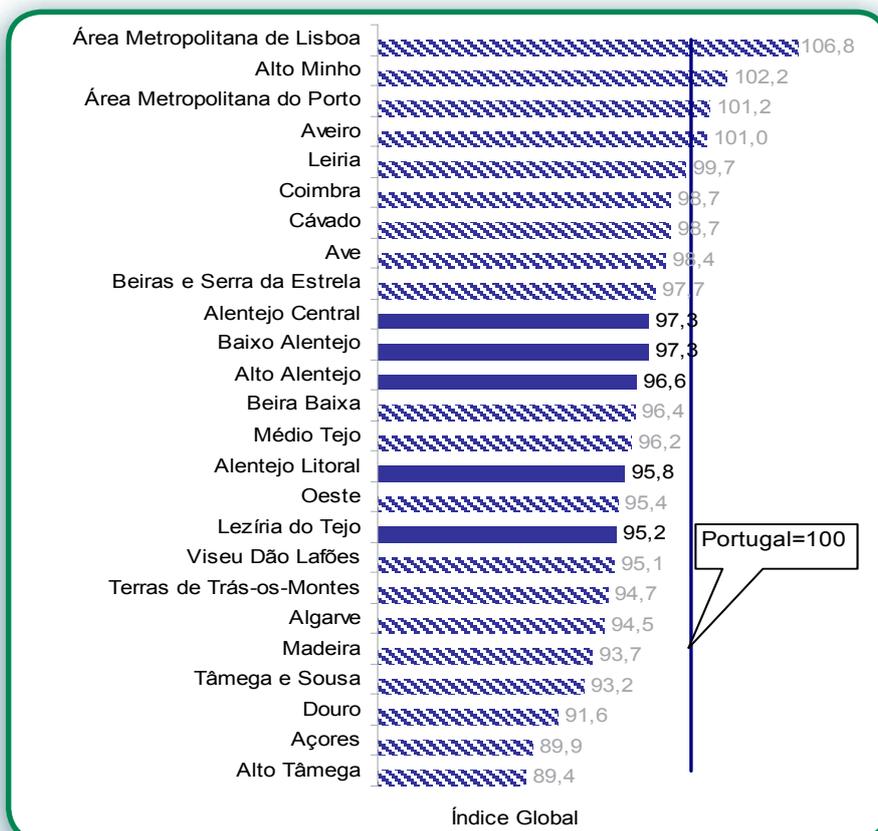


Nas 25 NUT III nacionais, o Alentejo Central, o Baixo Alentejo e Alto Alentejo encontram-se na meta-de superior da ordenação neste indicador, o Alentejo Central e o Baixo Alentejo apresentam igual valor do índice, ocupam a posição cimeira no Alentejo e a 10ª posição a nível nacional, seguidos pelo Alto Alentejo (11ª posição), Alentejo Litoral (15ª lugar) e Lezíria do Tejo que alcança a 17ª posição nacional.

### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2013 / Índice Global - Regiões



### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2013 / Índice Global - Regiões NUTS III



## ► Competitividade

Este indicador pretende avaliar o potencial de recursos humanos e infraestruturas e a capacidade do tecido produtivo para a criação de riqueza.

A Área Metropolitana de Lisboa é a região com o melhor desempenho neste domínio a nível nacional e a única que supera a média de Portugal.

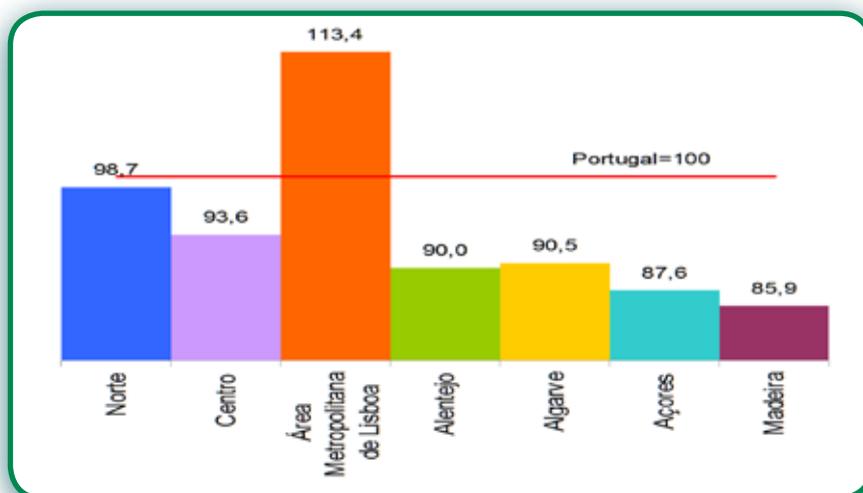
Face à média nacional, o Alentejo ocupa o 5º lugar na ordenação das Regiões.

Com níveis de competitividade também acima da média nacional contam-se 4 Regiões NUTS III, por ordem decrescente do indicador, a Área Metropolitana de Lisboa, a Região de Aveiro e a Área Metropolitana do Porto.

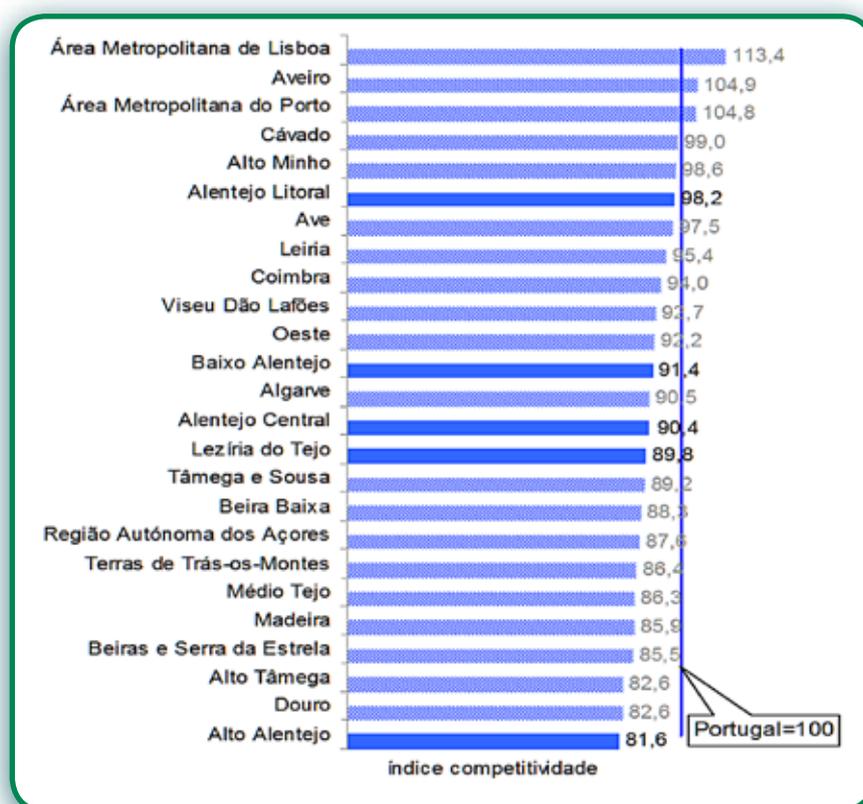
As NUTS III do Alentejo não atingem a média nacional, o Alentejo Litoral ocupa a primeira posição regional, no primeiro terço do país e na 6ª posição nacional.

A pertencer ao segundo terço encontram-se o Baixo Alentejo, o Alentejo Central e a Lezíria do Tejo e com o valor mais baixo o Alto Alentejo.

### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Competitividade 2013 - Regiões



### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Competitividade 2013 - Regiões NUTS III



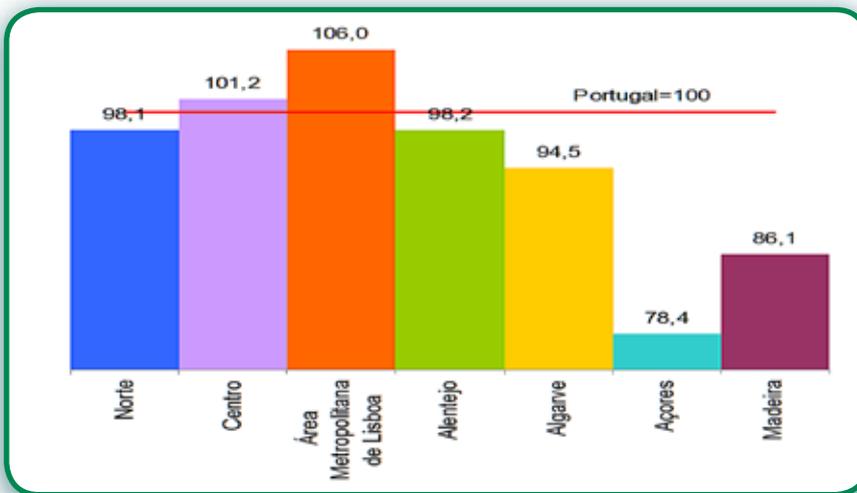


## ► Coesão

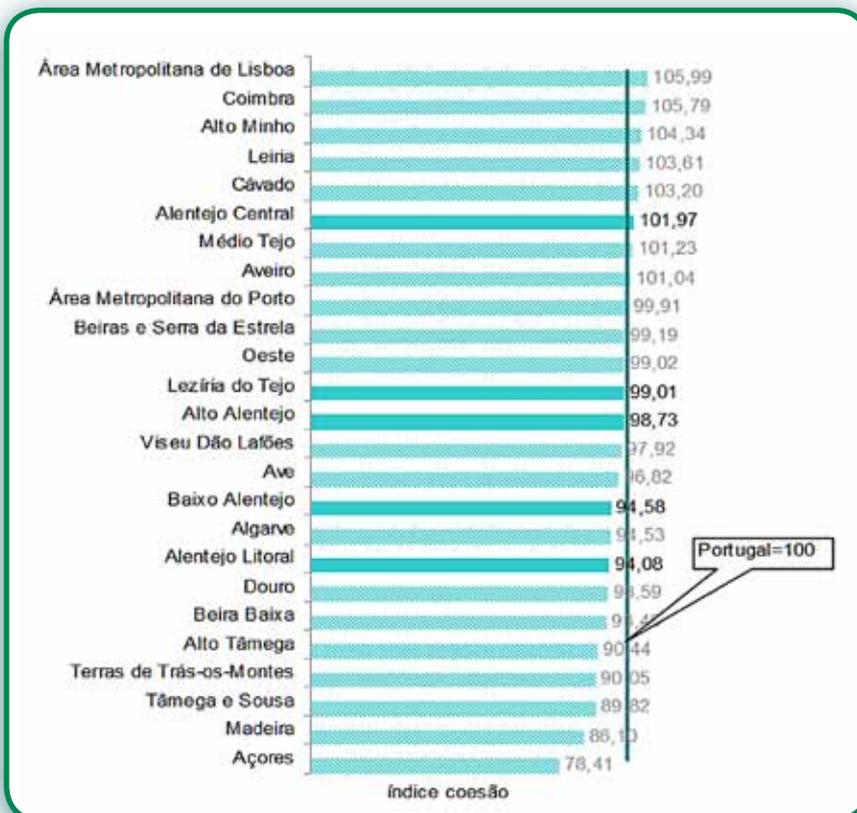
Os níveis de qualidade de vida da população, revelados pelo grau de acesso a equipamentos e serviços coletivos básicos, definem o indicador coesão. Em 2013 a Área Metropolitana de Lisboa e a Região Centro são as duas regiões com os valores mais elevados do índice.

Neste indicador composto, o Alentejo posiciona-se no 3º lugar entre as regiões do país.

### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Coesão 2013 - Regiões



### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Coesão 2013 - Regiões NUTS III



Ao nível da coesão, com resultados acima da média nacional contam-se 8 Regiões NUTS III, incluindo o Alentejo Central em 6º lugar, a melhor posicionada no Alentejo. A Área Metropolitana de Lisboa e a Região de Coimbra são as que mais se destacam.

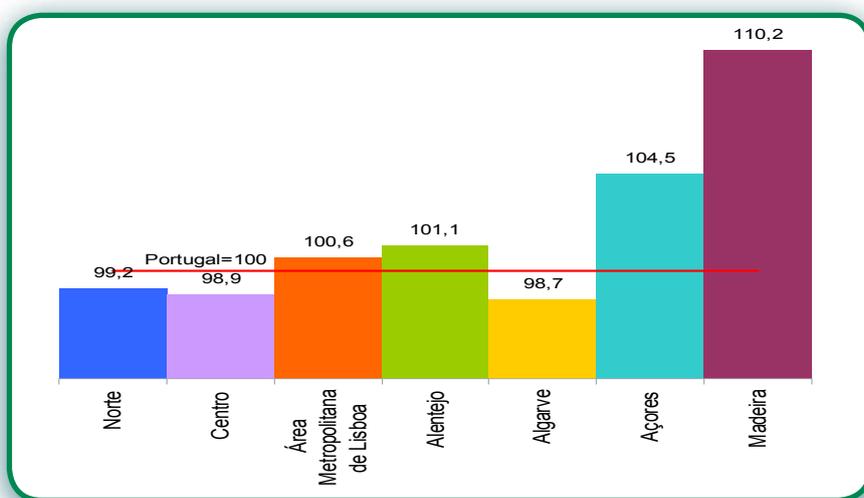
As Regiões NUTS III do Alentejo distribuem-se entre os valores centrais do indicador, variando entre 102 do Alentejo Central e 94 do Alentejo Litoral. A Lezíria do Tejo apresenta uma qualidade de vida próxima da média do país, com o índice da ordem de 99 e com valor muito semelhante e na posição seguinte o Alto Alentejo.

### ► Qualidade Ambiental

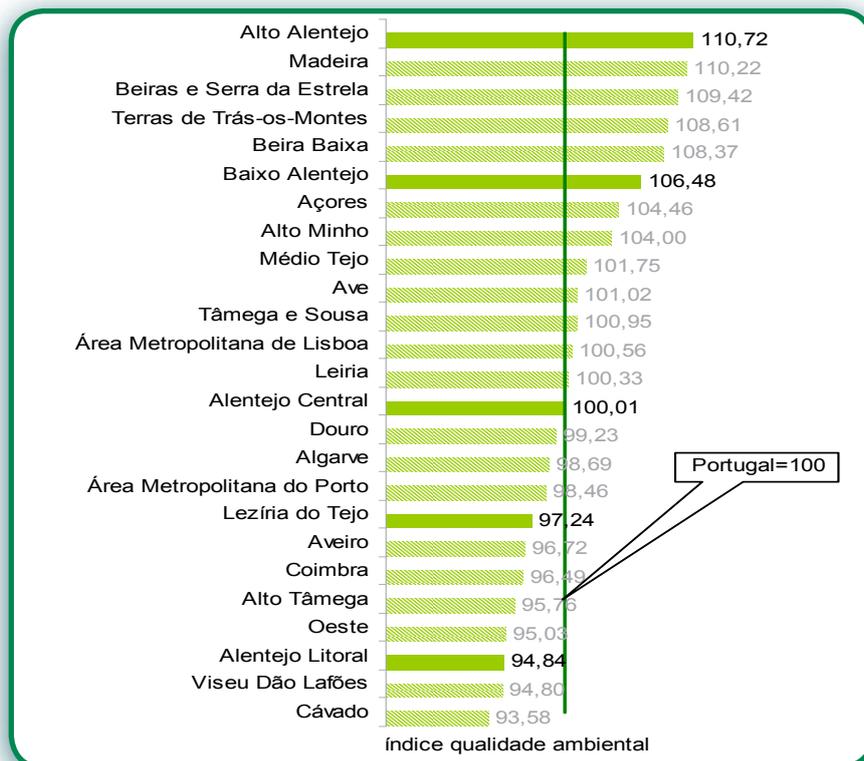
O Índice qualidade ambiental é definido pela avaliação da pressão das atividades humanas e económicas sobre o meio ambiente. A Madeira e os Açores apresentam supremacia a nível nacional. Este é o indicador onde se registam os melhores desempenhos, com 4 regiões com qualidade ambiental a superar a registada no país.

A este nível, o Alentejo regista o melhor valor dos quatro indicadores do ISDR.

### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Qualidade Ambiental 2013 - Regiões



### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Qualidade Ambiental 2013 - Regiões NUTS III



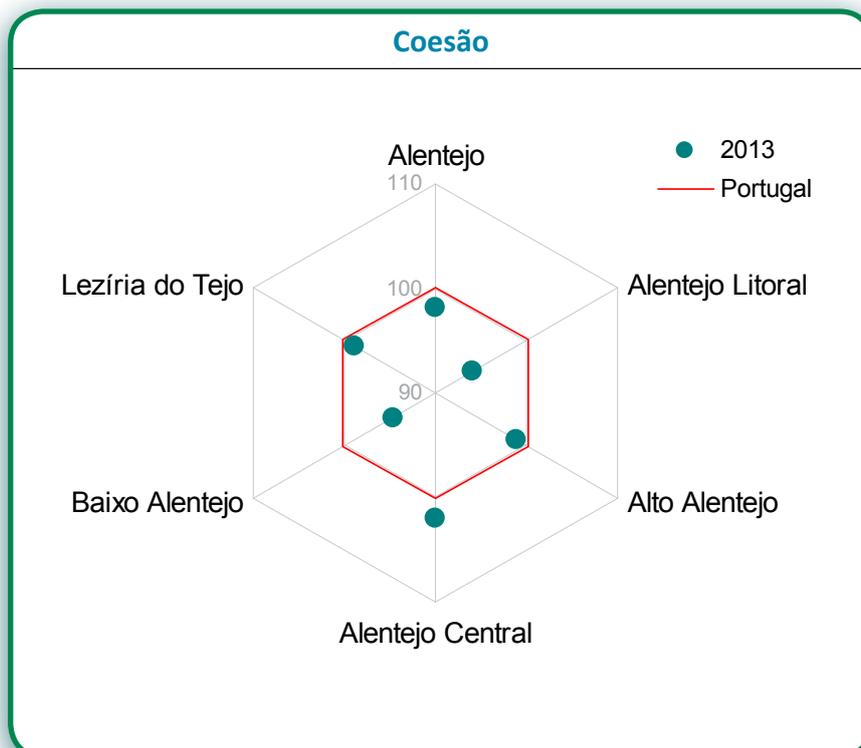
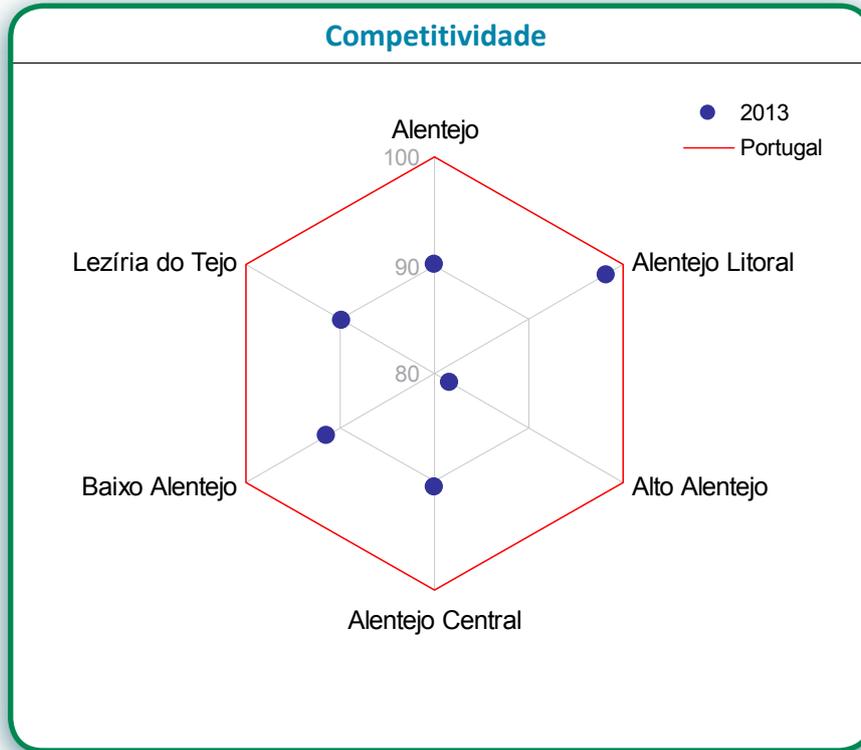
É ao nível da qualidade ambiental que o Alentejo revela o seu maior potencial, com três Regiões NUT III acima da média nacional.

Liderando este índice, entre as 25 NUTS III do país, o Alto Alentejo é a que apresenta a melhor qualidade ambiental. Também o Baixo Alentejo revela uma boa qualidade do ambiente, na segunda posição regional e na 6ª posição entre as NUTS III de Portugal.

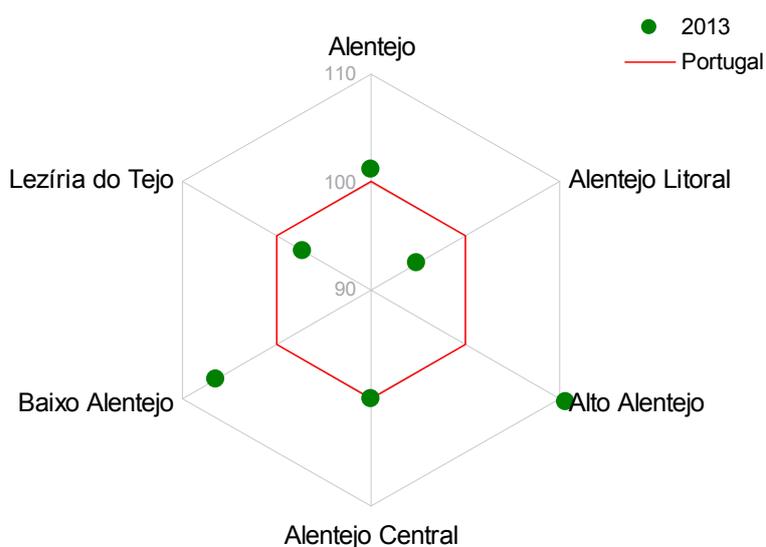
No Alentejo Central a qualidade ambiental aproxima-se da média do país.

## ► Síntese

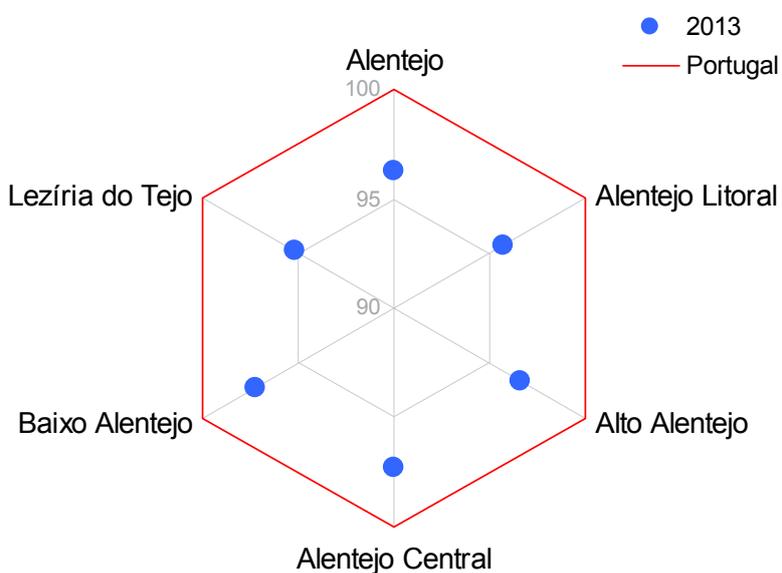
### Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Portugal = 100), 2013



### Qualidade Ambiental



### Índice Sintético Global

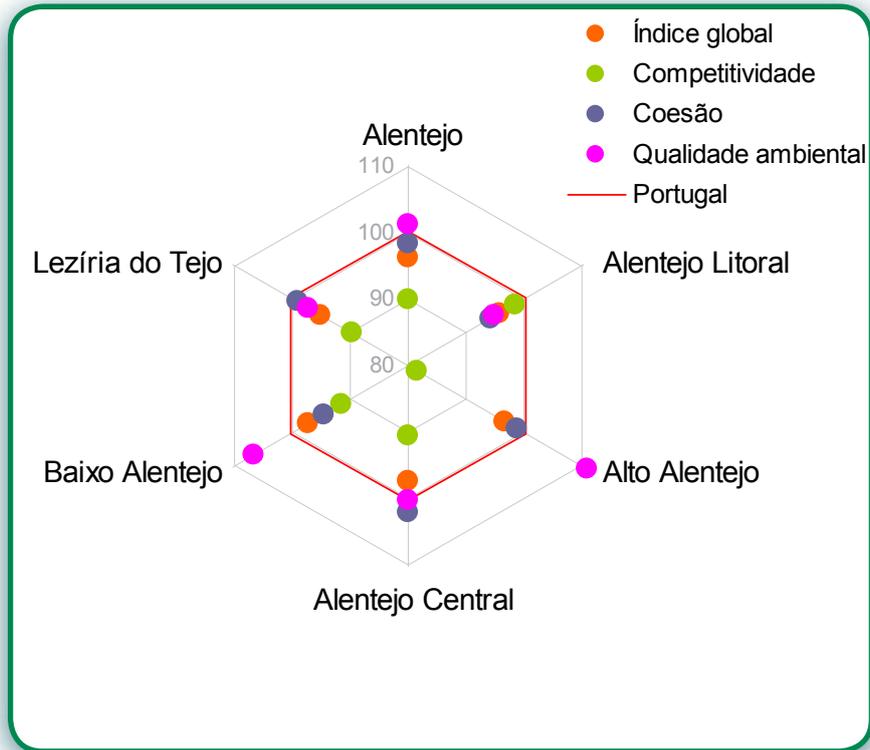


O Alentejo é a 3ª região no que toca à coesão e qualidade ambiental, com destaque ao nível do ambiente, onde revela a sua mais forte referência, não só porque enquanto Região apresenta condições melhores que a média do país, como a nível das Regiões NUTS III o mesmo acontece no Alto Alentejo, melhor do país a nível ambiental, no Baixo Alentejo e no Alentejo Central.

Ao nível da competitividade, o Alentejo Litoral apresenta-se como a melhor NUT III do Alentejo e supera os valores das Regiões do Centro, Algarve, Açores e Madeira.

Em termos do indicador global, o Alentejo ocupa a 4ª posição nacional e ao nível das Regiões NUTS III o Alentejo Central, o Baixo Alentejo e o Alto Alentejo superam o valor atingido pela região ■

## Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Portugal = 100), por NUTS II, 2013



## Perspectiva 2020

### Setor da Saúde



#### Enquadramento

A Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP (ARS Alentejo) é pessoa coletiva de direito público, integrada na administração indireta do Estado e tem por missão garantir à população da sua área geográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde, cumprindo e fazendo cumprir políticas e programas de saúde.

Os seus valores assentam na dedicação e empenhamento, na coerência e verticalidade e alinhamento para objetivos comuns.

Para cumprir os seus objetivos, a ARS Alentejo conta com um conjunto alargado de infraestruturas e equipamentos e com uma equipa de profissionais de saúde, empenhada, mobilizada e disponível para dar o melhor de si ao serviço das populações. Conta ainda com a cooperação das Autarquias e das Associações, que complementam e facilitam a criação de condições para a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade.

A área de intervenção geográfica da ARS Alentejo corresponde a cerca de 27.330 km<sup>2</sup>, (1/3 do território nacional) e a uma população residente de 509.741 indivíduos, de acordo com os dados do último recenseamento da população (2011), abrangendo as NUTS do Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo:

- No Alto Alentejo, a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (ULSNA), EPE, integra os Hospitais Doutor José Maria Grande de Portalegre e Santa Luzia de Elvas e o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de São Mamede;
- No Alentejo Central, a prestação de cuidados de saúde hospitalares é assegurada pelo Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE, sendo que ao nível dos cuidados de saúde primários, existe o ACES do Alentejo Central, sob gestão da ARS Alentejo;
- No Baixo Alentejo, a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA), EPE integra o Hospital José Joaquim Fernandes de Beja e o ACES do Baixo Alentejo;



Centro de Saúde - Redondo

- O Alentejo Litoral é servido pela Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA) que integra o Hospital do Litoral Alentejano, EPE e o ACES do Alentejo Litoral.

Dada a complexidade e os problemas resultantes da constante mudança a que a saúde se encontra sujeita, numa região como o Alentejo com grandes distâncias, uma população envelhecida, isolada, com carências socioeconómicas, por vezes graves, há que atuar de forma a minimizar os atuais condicionalismos e proporcionar o acesso a cuidados de saúde a todos de forma equitativa. Para isso, a ARS Alentejo tem contado com o apoio dos fundos comunitários, ao longo dos diversos Quadros Comunitários de Apoio para a remodelação, substituição e modernização do seu parque de saúde.

Centro de Saúde - Portel





Centro de Saúde - Vila Viçosa

## Anteriores Apoios Comunitários

Durante a vigência do QREN, ao nível dos cuidados de saúde primários, apostou-se na construção de novos centros de saúde e extensões, para substituição de instalações existentes, adquiriram-se equipamentos para a implementação de rastreios à população, apostou-se no alargamento e desenvolvimento do projeto da telemedicina a várias especialidades médicas, com principal enfoque na área da dermatologia. Adquiriram-se diversas unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde às populações carenciadas e isoladas.

Outro projeto com grande relevância no Alentejo e que tem vindo a ser apoiado ao logo dos diversos quadros comunitários, é a Intervenção Precoce na Infância que atualmente dá resposta à totalidade dos concelhos da região Alentejo e é desenvolvido em parceria com os Ministérios da Saúde, Educação e Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Ao nível hospitalar procedeu-se à criação de novos serviços, ao reequipamento, modernização e requalificação de outros. Construíram-se hospitais de dia, apostou-se na melhoria das condições à prestação de cuidados na área da saúde mental e adquiriram-se equipamentos modernos, tecnologicamente evoluídos.

## Atual situação do setor da Saúde

A região Alentejo e consequentemente o setor da Saúde, iniciaram um novo ciclo de programação (2014-2020) muito importante e com carácter de relevância para o desenvolvimento da região, quer no setor público, quer no setor privado.

De igual forma, este novo ciclo de programação irá ajudar a atenuar ou até mesmo eliminar, as diferenças que ainda subsistem no Alentejo e a colmatar alguns problemas inerentes aos processos de mudança.

Os sistemas de saúde e a rede de serviços de saúde são também influenciados pelos vários contextos em que estão inseridos, contextos estes que sofrem transformações cada vez mais céleres e imprevisíveis, estando assim sujeitos a constantes mudanças e/ou adaptações. Um destes exemplos está relacionado com a reestruturação dos cuidados de saúde primários, ao longo dos últimos anos, existindo atualmente uma nova configuração e terminologia. Até mesmo o conceito básico de “prestação” de cuidados de saúde tem tendência para mudar, deixando de estar centrada no “tratamento da doença” para estar mais focada no “bem estar geral do doente”, dando-se assim lugar à “promoção da saúde e prevenção da doença”.

A atual rede de serviços de saúde do Alentejo, da área de abrangência da ARS Alentejo, I.P. é composta pelas seguintes unidades de saúde:

NUTS	UCSP	USF	Polo UCSP/USF	Hospital
Alentejo Litoral	5	0	35	1
Alto Alentejo	14	5	79	2
Alentejo Central	9	9	96	1
Baixo Alentejo	13	1	79	1
<b>Alentejo</b>	<b>41</b>	<b>15</b>	<b>289</b>	<b>5</b>

Fonte: ARS Alentejo, IP

Legenda: UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados;  
USF - Unidade de Saúde Familiar

As primeiras Unidades de Saúde Familiar no Alentejo foram criadas em 2006. Em termos de nomenclatura, os antigos centros de saúde passaram a ser designados por Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e as anteriores Extensões dos Centros de Saúde são hoje os pólos das Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados ou das Unidades de Saúde Familiares.

Centro de Saúde - Portel



## Perspetivas de desenvolvimento e melhoria no horizonte 2020

O fator preponderante na determinação de futuras intervenções está relacionado com a requalificação das respostas existentes no sentido de as adaptar às novas necessidades, à prevenção da doença e ao acréscimo da capacidade de atendimento, tendo em vista, contribuir para o desenvolvimento do território. Os investimentos neste setor têm impactos na qualidade de vida da população e na promoção da coesão social e territorial, criando e disponibilizando melhores condições de vida às populações, proporcionando importantes ganhos em saúde, promovendo uma prestação de cuidados de saúde de qualidade e excelência e reduzindo as assimetrias ainda existentes.

Espera-se que o novo período de programação de fundos comunitários constitua um instrumento de apoio ao setor da saúde, contribuindo para a concretização das estratégias definidas no plano nacional e regional de saúde e em particular no que respeita à distribuição territorial de forma a contribuir para a equidade no acesso, para a integração dos cuidados na região Alentejo, bem como para o fecho de rede de equipamentos de saúde. Neste contexto, integra-se também a construção de um novo hospital regional em Évora, como estrutura primordial para a conclusão da referida rede de equipamentos de saúde, permitindo assim, continuar a dar uma resposta integrada às necessidades de saúde das populações na região Alentejo, reforçando a complementaridade de serviços. As prioridades de investimento são as seguintes:

- Modernização, integração e complementaridade de serviços;
- Unidades de urgência e emergência;
- Serviços de saúde pública e de promoção da saúde;
- Tecnologias de informação em saúde;
- Investigação e inovação em saúde e serviços de saúde

### Unidades Móveis





Mamógrafo - Portalegre

A tipologia de operações para as infraestruturas e equipamentos de saúde são:

- Qualificação e consolidação da rede de equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados hospitalares, bem como o reforço da diferenciação e a complementaridade de serviços;
- Remodelação e beneficiação de serviços de urgências hospitalares;
- Qualificação e consolidação da rede de equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados primários, nomeadamente na adaptabilidade e adequabilidade das infraestruturas a um modelo de cuidados prestados por equipas multidisciplinares;
- Construção, ampliação, requalificação e apetrechamento de unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, consolidando a rede;
- Aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação integrados que visem melhorar a qualidade dos serviços de saúde;
- Aquisição e instalação de equipamentos para prestação de serviços de telemedicina e de equipamentos de tecnologia avançada para unidades do SNS;
- Adaptação de equipamentos com vista à sua conversão em USF;
- Aquisição de viaturas devidamente equipadas para garantir serviços de proximidade, nomeadamente unidades móveis de saúde, de intervenção precoce e de emergência médica ■

*Artigo da responsabilidade da Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP*

## Programa Operacional Regional - INALENTEJO

### Investimentos em destaque

**Beneficiário:****Município de Marvão****Código da Operação:****ALENT-08-0231-FEDER-001060****Designação da Operação:****Requalificação Recuperação e Reconhecimento das Margens do Rio Sever****Concelho (Localização Física da Operação):****Marvão****Regulamento:****Ações de Valorização e Requalificação Ambiental****Investimento Elegível Aprovado:****916.666,97 euros****FEDER Aprovado:****779,166,92 euros****Descrição:**

A Operação centra-se na reformulação do espaço público e dos acessos ao rio através da repavimentação e inclusão de mobiliário urbano adequado, valorizando as margens do Rio Sever e o espaço público afeto à zona fluvial. Integra a valorização da piscina fluvial, a valorização das margens do Rio Sever, a criação de um novo espelho de água com a construção de um açude, a definição de um parque de estacionamento capaz de garantir uma resposta mais eficaz e uma maior organização do estacionamento da

zona fluvial, a redefinição de passadiços sobre a levada e pontes pedonais sobre o Rio Sever e a reconversão dos antigos balneários, criando-se uma cafetaria/bar e instalações sanitárias públicas. Pretende-se que a intervenção garanta um espaço urbano de qualidade, pensado em função das necessidades do Concelho e do aglomerado urbano da Portagem. Perspetiva-se um espaço dinâmico, de suporte a diversas atividades e passível de ser vivido e usufruído todo o ano, futura referência para os habitantes e para os visitantes do território.

A Operação tem como objetivos gerais:

- Criar uma estrutura capaz de articular de uma forma equilibrada e coerente todo o espaço e a sua envolvente;
- Conceber um espaço que promova e possibilite uma multiplicidade de usos e funções ao longo de todo o ano;
- Equacionar soluções simultaneamente atrativas e funcionais, realçando a água como um elemento que agrega e dinamiza toda a área;
- Garantir um espaço urbano de qualidade e com baixos custos de manutenção;
- Promover condições de biodiversidade utilizando sobretudo espécies ripícolas de elevado valor paisagístico e ecológico.





**Beneficiário:****STERRIUST AGRUPAMENTO DE PRODUTOS, C.R.L.****Código da Operação:****ALENT-07-011A-FEDER-038337****Designação da Operação:****Aquisição de Equipamentos Produtivos e Material Promocional****Concelho (Localização Física da Operação):****Marvão****Regulamento:****Regulamento Especifico SIALM – Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas****Investimento Elegível Aprovado:****11 284,30 euros****FEDER Aprovado:****8 786,30 euros****Descrição:**

A STERRIUST - Agrupamento de Produtores CRL, localizada em Marvão, é uma empresa recente que aposta na tradição e na inovação dos seus produtos de características ímpares para conquistar os mercados externos sob forma de reconhecimento e mais-valias para a região.

A aposta no setor dos produtos hortícolas e frutícolas é uma escolha lógica, dadas as condições naturais da região para a produção deste tipo de produtos. A Serra e o Parque Natural de São Mamede são das principais reservas de biodiversidade da Península Ibérica onde os cogumelos silvestres são um dos produtos premium do ecossistema.

Os cogumelos são produzidos em troncos de madeira e após colhidos, são submetidos a um processo de desidratação.

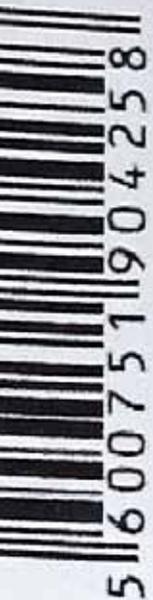
Os cogumelos da variedade Shii-take são reconhecidos internacionalmente pelas suas características organoléticas mas também medicinais o que os torna muito procurados quer junto dos consumidores mais exigentes e da indústria farmacêutica.

A STERRIUST também aposta na tradição e no reconhecimento dos seus produtos centenários e que se encontram certificados como DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida), certificações que atestam as características singulares destes produtos e em cuja zona de produção está delimitada geograficamente. Falamos naturalmente da apreciada Castanha de Marvão DOP, da frutada Cereja de S. Julião DOP e da perfumada Maçã Bravo Esmolfe de Portalegre IGP. Entre outros, estes são os frutos cujo seu potencial de internacionalização não deixa dúvidas, frutos únicos no mundo e cujo reconhecimento organolético atesta o seu alto valor.

Os investimentos realizados no âmbito do SIALM permitem à empresa modernizar-se e criar condições apropriadas para a vertente da comercialização.

O projeto deu origem também à criação de um posto de trabalho, através de contratação sem termo e a tempo inteiro de um recurso humano ■

**TERRIUS***Dried Tomato Chutney*



PLEASE SEE PACKAGE

DATE BEFORE END: SEE PACKAGE

OPENING STORE IN THE FRIDGE FOR UP TO 30 DAYS.

Approximate Net Weight: **190g** Produced in the UE

**Ready to eat, may be served with:**  
cheeses (fresh, mozzarella, *lha*, sheep cured or goat), ham, to accompany stews, grilled meat or roasted fish, pasta, salads and also toasted bread or toasts.

**Ingredients:**

Dried tomato (65%), olive oil, vinegar, sugar, ginger, salt, oregano and piri-piri.

**NO ADDED COLOURS OR PRESERVATIVES.**

**Nutritional information  
per 100g of product**

Energy	566KJ/136Kcal
Fat	7.0g
of which saturates	6.0g
Carbohydrate	16.0g
of which sugars	14.5g
Protein	1.2g
Fibre	2.6g
Sodium/Salt	1.4g/3.5g

**DISTRIBUTED BY:**

sTERRIUS Agrupamento de Produtores, CRL  
Moinho da Cova - Portagem  
7330-328 São Salvador da Aramenha  
**Marvão - Alentejo - Portugal**  
geral@terrius.pt



